



# ESCRITAS SOCIAIS

Democracia, diversidades e gênero

**Marcelo de Souza Cleto**  
**Marcelo Brice Assis Noronha**  
**André Luis Campanha Demarchi**



**Marcelo de Souza Cleto**  
**Marcelo Brice Assis Noronha**  
**André Luis Campanha Demarchi**  
**(ORGANIZADORES)**

# ESCRITAS SOCIAIS

Democracia, diversidades e gênero



**Palmas- TO**  
**2020**

# Universidade Federal do Tocantins

## Reitor

Luis Eduardo Bovolato

## Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

## Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

## Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

## Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos

### Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

## Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

### (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

## Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

## Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

## Conselho Editorial

### EDUFT

## Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

## Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine  
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos  
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo  
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques  
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo  
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

**Diagramação e capa:** Gráfica Movimento

**Arte de capa:** Gráfica Movimento

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

---

C634e

Cleto, Marcelo de Souza. (Org).

Escritas Sociais: democracia, diversidades e gênero . /  
Organizadores: Marcelo de Souza Cleto; Marcelo Brice Assis  
Noronha; André Luis Campanha Demarchi. – Palmas, TO: EDUFT,  
2020.

69 p. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-53-1

Dados de autoria ao final.

1. Democracia 2. Diversidade. 3. Gênero. 4. Direitos sociais. 5.  
Cultura, diversidade. 6. Brasil, sociedade. 7. Violência. I. Marcelo  
Brice Assis Noronha. II. André Luis Campanha Demarchi.. III. Título.  
IV. Subtítulo.

CDD – 301

*Dedicamos essa obra aos estudantes  
e ao futuro das Ciências Sociais no Tocantins*

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>8</b>
<b>I - Prêmio Escritas Sociais - Democracia e Direitos sociais.</b> .....	<b>11</b>
Homenagem à Guerreiro Ramos .....	11
<i>Marcelo de Souza Cleto</i> .....	11
O que desmente esse país: quando raça importa. ....	15
<i>Izadora Nogueira dos Santos Muniz.</i> .....	15
Ecos da transformação .....	20
<i>Mateus Silva Falcão</i> .....	20
<b>II - Prêmio Escritas Sociais - Diversidades culturais.</b> .....	<b>24</b>
Homenagem: Berta Ribeiro, antropóloga do futuro .....	24
<i>André Demarchi</i> .....	24
Excesso de Luz .....	28
<i>Pedro Filho Mendes de Oliveira.</i> .....	28
Hotxuá: a arte de fazer sorrir .....	31
<i>Valéria Batista Ribeiro Rodrigues</i> .....	31
Cultura Mehim: abrindo olhares às diversidades .....	36
<i>Francilene Medeiros Teixeira.</i> .....	36
As diversidades culturais e os desafios na sociedade brasileira .....	39
<i>Jefferson Soares de Sousa</i> .....	39
<b>III - Prêmio Escritas Sociais - Gênero, Poder e Sociedade.</b> .....	<b>42</b>
Homenagem: Heleieth Saffioti: socióloga marxista, feminista, professora. ....	42
<i>Fabiana Scoleso</i> .....	42
Gênero, poder e sociedade: notas mito-histórico-filosóficas para a trans-formação	47
<i>Marcos Felipe Gonçalves Maia</i> .....	47
Gênero como organização hierárquica de poder na sociedade .....	50
<i>Thainá Ferreira Souza</i> .....	50
O aparelho ideológico familiar enquanto engrenagem em um sistema de dominação de gênero. ....	55
<i>Nathan dos Santos Alves</i> .....	55
A violência como expressão máxima de desigualdade. ....	59
<i>Lorenzo dos Santos Konageski</i> .....	59
Sonhos e prisões: a realidade das mulheres brasileiras. ....	61

<i>Jefferson Soares de Sousa</i> .....	61
As mulheres sob o olhar do patriarcado.....	63
<i>Isabella Almeida Cardoso</i> .....	63
<b>Dados de autoria</b> .....	<b>65</b>
<b>Cartazes de divulgação</b> .....	<b>67</b>

# Apresentação

Organizamos nesta coletânea os 15 textos de professores e estudantes da graduação e do Ensino Médio do Tocantins que participaram das três edições do Concurso público de escrita acadêmica promovido pelo Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins. Realizado de forma anual, de 2016 a 2018, com edital próprio e premiação em dinheiro para os vencedores, o *Prêmio Escritas Sociais* incentiva a escrita, a leitura e a reflexão do sujeito sobre si e sua realidade. Aberto à participação de todos os estudantes matriculados em instituições de ensino no Tocantins, público ou privado, o certame viu aumentar sua procura na medida em que cada edição se iniciava. Buscando dar visibilidade às questões latentes e pungentes da sociedade atual, os temas provocadores foram a maneira de fortalecer e dar visibilidade ao fazer Ciências Sociais e de quebra realizar a aproximação da universidade com a sociedade. Das edições realizadas, em cada uma delas homenageamos, pensadoras e pensadores cuja obra é relevante para conhecer nossa cultura, história, sociedade e política. A participação no concurso é de livre iniciativa, inscrição gratuita e o processo de julgamento do mérito dos textos homologados é realizado por comissão nomeada em boletim institucional e com critérios acadêmicos.

Apresentamos a seguir os textos de homenagem e os textos vencedores das edições realizadas.

Na primeira edição, ocorrida em 2016, o tema proposto foi *Democracia e direitos sociais*, e tivemos como homenageado o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. No texto dedicado ao homenageado, que abre nossa coletânea, Marcelo de Souza Cleto destaca as contribuições teóricas e metodológicas encaminhadas pelo pensador no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, em especial sua proposta precursora dos estudos pós-coloniais no Brasil, realizada através da produção de uma sociologia anti-eurocêntrica; saber que busca uma ciência da sociedade enquanto instrumento de entendimento e transformação da organização social. O texto vencedor dessa edição é o intitulado: *O que desmente esse país: quando raça importa*, escrito por Izadora Nogueira dos Santos Muniz, que se inicia com referência ao pensamento de Guerreiro Ramos, sobretudo, quanto a sua produção sobre a questão racial no Brasil. A autora faz um recorte analítico a respeito das políticas de ação afirmativa, tratando da trajetória e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. Izadora apresenta uma crítica ao desmantelamento das secretarias responsáveis por essas ações, que aprofundam e mantêm o racismo estrutural da sociedade brasileira. O texto também premiado nesta edição foi *Ecos da transformação*, de Mateus Silva Falcão, onde realiza uma recuperação histórica das condições sociais do século XIX, acompanhando o desenvolvimento das relações fabris em sociedades urbanizadas e industrializadas. A reflexão continua buscando conhecer as variáveis afins à relação capitalista como a desigualdade social e econômica que geradoras do lucro enfraquecem a conquista dos direitos sociais, o que deixa como legado e incentivo uma insatisfação e a geração de formas de resistência a esse modelo de sociedade.

Em 2017, na segunda edição do Prêmio, o tema escolhido foi *Diversidades culturais* e a homenageada foi a antropóloga Berta Ribeiro. No texto de homenagem, André Demarchi apresenta um panorama da trajetória da autora e como ela teve um papel destacado e a frente nas contribuições sobre a arte indígena, tema constante em suas pesquisas. Veremo que suas

contribuições são imprescindíveis para as definições a respeito da arte indígena e a importância para aquilo que visibiliza a diferença no olhar, como a plumária, por exemplo, demarcando um terreno fértil para a pesquisa antropológica que garante o seu legado na constituição de uma área de pesquisa, fazendo André Dermarchi chamá-la de antropóloga do futuro. O texto vencedor da segunda edição, *Excesso de luz*, de Pedro Filho, coloca em relevo as formas como o conhecimento do Outro e outras experiências podem fortalecer uma relação mais abrangente da realidade, através da literatura e da vivência com a diversidade. O texto a seguir, de Valéria Batista apresenta o *Hotxuá: a arte de fazer sorrir*, fazendo um passeio pela arte da palhaçaria entre os Krahô, mostrando como a alegria é um modo de afirmação da diferença e nesse sentido garantidor de uma relação com o meio e de formação de identidade. Também falando sobre o povo Krahô, o texto *Cultura Mehim: abrindo olhares às diversidades*, de Francilene Medeiros, demonstra as diversas particularidades da cosmovisão Krahô, suas mitologias e formas de se ver e viver e de pautar seu universo de formação e ação. Para finalizar essa edição, o texto premiado na categoria Ensino Médio: *As diversidades culturais e os desafios na sociedade brasileira*, de Jefferson Soares de Sousa, apresenta referências sobre a noção de cultura e como esse tema organiza e aponta as dimensões distintivas da sociedade brasileira.

Na terceira edição do Prêmio, o tema escolhido foi *Gênero, Poder e Sociedade* e a homenageada da vez foi a socióloga Heleieth Saffiotti. Em texto dedicado, Fabiana Scoleso apresenta como a socióloga tornou-se uma referência nos estudos sobre gênero e classe social em sociedades capitalistas. Professora Saffiotti, como lembra Scoleso, se encontra nos debates feministas em um período onde o domínio masculino era muito grande; ao fazer ciência, a intelectual recorre ao paradigma marxista para construir sua hermenêutica das relações de poder na sociedade.

Na categoria Graduação, Marcos Felipe Gonçalves Maia com o texto *Gênero, poder e sociedade: notas mito-histórico-filosóficas para a trans-formação*, apresenta como gênero e poder se entrelaçam em diferentes mitos que abordam a questão do feminino, justificando a violência de gênero. O texto seguinte, de Thainá Ferreira Souza, *Gênero como organização hierárquica de poder na sociedade*, apresenta uma discussão bibliográfica sobre o conceito de gênero, demonstrando as raízes históricas e sociais da dominação masculina em diferentes sociedades. Encerrando essa categoria, Nathan dos Santos Alves apresentou o texto *O aparelho ideológico familiar enquanto engrenagem em um sistema de dominação de gênero*, em que discute o papel da família na produção da desigualdade de gênero nas sociedades capitalistas. Na categoria Ensino Médio, o primeiro texto foi *A violência como expressão máxima de desigualdade*, de Lorenzo dos Santos Konageski que aborda o tema da violência de gênero com base em um conjunto de dados e diálogo com as pensadoras Heleieth Saffiotti e Simone de Beauvoir. Em seguida, o texto *Sonhos e prisões: a realidade das mulheres brasileiras*, de Jefferson Soares de Sousa, discute as origens patriarcais e racistas da sociedade brasileira e como os reflexos dessas origens atingem as mulheres. Por fim, o texto *As mulheres sob o olhar do patriarcado*, de Isabella Almeida Cardoso, debate as consequências do patriarcado e suas violências para a vida das mulheres brasileiras, concluindo que o patriarcado está na origem dos crescentes casos de feminicídio no Brasil.

Ao organizarmos os textos das três primeiras edições do Prêmio, temos orgulho em afirmar que o concurso alcançou seus objetivos na medida em que estabeleceu o esforço de leitura e de escrita, fortalecendo as reflexões fundamentais para a formação de um olhar e de uma sociedade brasileira mais sólida no respeito e na valorização da diversidade humana e de seu lugar no Cosmos. Com isso, finalizamos e saudamos os textos vencedores que puderam refletir livre-

mente a realidade que os cercam com a felicidade de participar do fortalecimento das Ciências Sociais no Tocantins. Agradecemos à secretária do nosso Bacharelado, Luzirene Gonçalves dos Santos, pela gestão administrativa do concurso; e reafirmamos por meio deste trabalho coletivo a nossa posição que se encontra entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os organizadores

# I

## **Prêmio Escritas Sociais - Democracia e Direitos sociais.**

### **Homenagem à Guerreiro Ramos**

*Marcelo de Souza Cleto*

A iniciativa deste *Prêmio Escritas Sociais* em homenagear na sua primeira edição o cientista social Alberto Guerreiro Ramos é louvável. Ao convidar jovens estudantes a conhecer a vida e a obra desse intelectual brasileiro, este prêmio estimula a memória sobre essa importante interpretação do Brasil. O caminho que faremos apresenta no primeiro momento os aspectos biográficos do homenageado e sua trajetória; seguindo com uma consideração sobre a obra de Guerreiro Ramos e sua importância para pensar o Brasil, procurando dar contido relevo para suas ponderações na compreensão do tempo presente.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro da Purificação, um município do Recôncavo baiano no dia 13 de setembro de 1915, filho de Vítor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos, sua linhagem de parentesco advém da trajetória dos escravizados no Brasil, uma vez que sua mãe era angolana e havia sido vendida pela própria família aos traficantes<sup>1</sup>. Tanto a família quanto o lugar em que se vive são fatores importantes para a constituição de cada personalidade, por sermos micro-representações de nossos lugares de origem, conhecer essa ambiência ajuda a entender o traço que liga pessoa e lugar. Guerreiro Ramos cresce numa região com densidade histórica e complexidade antropológica muito latente, todo esse emaranhado será fundamental para a construção de sua perspectiva sociológica. Enquanto criança, cursou o primário e depois o secundário no Ginásio do Estado, em Salvador. Em 1942 diplomou-se em Ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito da mesma cidade. Foi assessor do presidente Getúlio Vargas durante seu segundo governo (1951-1954) e atuou como diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Fez parte do diretório nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e no pleito de outubro de 1962 candidatou-se a deputado federal pelo então estado da Guanabara. Apesar de suplente, ocupou uma cadeira na Câmara dos

---

<sup>1</sup> Ilha R. Antr., Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, ISSN 2175-8034. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p269/32759>

Deputados de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. Exilado nos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia faleceu em Los Angeles, no dia 7 de abril de 1982.<sup>2</sup>

Guerreiro Ramos é aquele pensador que medita, escreve e age, fazendo em vista não apenas de seus ouvintes e leitores imediatos, sua interlocução que parte do seu presente direciona-se em grande medida para o seu futuro, que é o nosso presente. Para compreender a ação do autor que tem no seu presente o nosso estado atual, abre-se invariavelmente para o reconhecimento da simultaneidade entre futuro, presente e passado. Este exercício intelectual desdobra-se numa dialética do tempo, onde passado, presente e futuro não estão tão separados quanto faz crer os calendários que ano a ano se substituem. Neste ângulo prospectivo, gostaria de chamar a atenção para a emergência no pensamento de Guerreiro Ramos de um presente qualitativamente novo, ambiente onde é exercido em ato de razão circunstanciada. Ao existir como consciência do tempo, a crítica do sociólogo brasileiro revela sua trans-modernidade, isto é, uma consciência modal que está envolvida na decifração do modo presente do tempo, de sua qualidade e essência.

Ao se impor a tarefa de releitura do tempo presente, a consciência circunstanciada em Guerreiro Ramos desenvolve certa retrodição crítica do passado interpretativo das Ciências Sociais brasileiras para então propor uma predição racional do futuro. Em linhas gerais, o conjunto de suas obras deve ser considerado no fluxo expansivo da sociologia global, a fase onde o ponto de vista crítico ao eurocentrismo se consolida, dando origem a uma ciência social habilitada na compreensão das circunstancialidades e das realidades locais. Seus estudos de teoria social estão distribuídos em uma longa lista de livros e artigos que após anos, se mantém como um respeitado epistemólogo da Administração e muito contribuiu para a Teoria das Organizações.

Guerreiro sempre fez a defesa explícita de uma teoria sociológica que substituísse a sociologia eurocêntrica e superasse sua fase colonial. Elaborou uma sociologia brasileira abrangente e de caráter pós-colonial<sup>3</sup>, com essa atualização da disciplina buscou se afastar da influência da Escola de Chicago. Naquela altura, meados do século XX, já estava claro para o Guerreiro a importância culturalista, “relativista e historicista da ciência social que impunha ao cientista social a obrigação de pensá-la à luz das necessidades e particularidades do contexto latino-americano, onde grassava o semicolonialismo e a dependência cultural.” [...] [Guerreiro] pondera “sobre o impacto intelectual do colonialismo, a alienação da ciência social na periferia do mundo e a carência de uma teoria capaz de promover a consciência crítica da região e superar os obstáculos à sua autodeterminação”.<sup>4</sup>

Para solucionar o problema do desajuste das teorias importadas, Guerreiro elaborou “[...] um método de análise, suscetível de ser utilizado na avaliação do valor objetivo do produto intelectual [estrangeiro], como integração do significado das obras [cêntricas] nos fatos [periféricos]”<sup>5</sup>. Esta elaboração metodológica e analítica pode ser encontrado nas obras; *Cartilha do*

2 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

3 Acompanhamento dos argumentos de Cyril Lynch presentes no artigo: *Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955)* Caderno CrH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, Jan./Abr. 2015. Cf: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000100027](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000100027)

4 BARIANI, Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2011.

5 RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, p. 51.

*aprendiz de sociólogo* de (1953), nas *Notas para o estudo crítico da sociologia no Brasil* (1954), *Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil* (1956) e *A Redução Sociológica* (1958).

Outro ponto que merece ser destacado na Sociologia Guerreira é a necessidade de uma ciência social enquanto instrumental de organização da sociedade brasileira. Após uma “revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui, à luz os fatos da vida brasileira”<sup>6</sup>, Guerreiro apropria-se de forma crítica das interpretações do Brasil, separando a parte útil do pensamento sociológico nacional que se mostrou comprometido com a autonomia nacional, da sociologia exercida por uma consciência ingênua, aquela que naturaliza a realidade dos traços coloniais na formação da identidade nacional. Para se ter acesso a essa história do pensamento social e político brasileiro os livros indicados são: *O Processo da Sociologia Brasileira* (1953), *O tema da transplantação na sociedade brasileira* (1954), *O problema do negro na sociologia brasileira* (1954) e outros.

O último ponto a ser destacado é a articulação entre pensamento e práxis política. O autor previa que uma sociedade se tornaria autônoma, quando a consciência coletiva ingênua fosse superada por uma consciência crítica acompanhada de um pensamento político que servisse “de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação”<sup>7</sup>. Para este salto, a interpretação da sociedade brasileira desenvolvida por Guerreiro Ramos descreve o movimento nacional, problematizando as correntes ideológicas proeminentes na cena política, o papel das elites e sua articulação na manutenção de sua hegemonia. As obras mais significativas deste recorte são *A dinâmica da sociedade política no Brasil* (1955), *Esforços de teorização da realidade nacional* (1955) e *O inconsciente sociológico* (1956).

Por fim, como o espaço é limitado para expressar a dimensão da vida e da obra desta personalidade, indico algumas referências bibliográficas para aprofundamentos e encerro essa homenagem que teve o propósito de reconhecimento da vida intelectual e política de Alberto Guerreiro Ramos, que a partir de seu pensamento e ação promoveu pioneirismo e a busca por uma autonomia circunstanciada; consolidando-se como um original intérprete do Brasil, intelectual negro, que não se ausentou dos problemas advindos da mentalidade e da opressão colonial, enfrentando pessoalmente e epistemologicamente as adversidades em fazer Ciências Sociais nos anos 1940.

“A vida intelectual é uma possessão.”

Guerreiro Ramos

## Referências bibliográficas

AZEVÊDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; UFSC. Florianópolis, 2006.

BRITO, Evandro O. **Dilemas epistemológicos de Guerreiro Ramos**. São José: Editora USJ, 2012. DOMINGUES, Petrônio. Quilombo (1948-1950): uma polifonia de vozes afro-brasileiras. *Ciênc. let.*, Porto Alegre, n. 44, p. 261-289, jul.-dez. 2008.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFUGUEL, Ramón. **Por que não Guerreiro Ramos?** Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, June, 2007.

GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e Estratégia do Desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

## O que desmente esse país: quando raça importa<sup>8</sup>

*Izadora Nogueira dos Santos Muniz*

Falar de Democracia e Direitos Sociais homenageando Alberto Guerreiro Ramos, estudioso que coordenou o Teatro Experimental do Negro ao lado do economista e ator Abdias Nascimento, é necessariamente trazer para o centro do debate a categoria de análise “Raça”<sup>9</sup>, para de forma consciente desconstruir o mito de que vivemos uma democracia racial - ideia de que não há racismo no Brasil.

Mais de 300 anos da história documentada do Brasil foi vivenciada sob a legalidade do regime da escravidão, trata-se do sistema econômico e político mais longo da história do país. Não reconhecer os efeitos desse período no pós-escravidão é uma postura danosa que só pode ser sustentada por quem desconhece a história brasileira ou por quem se beneficia do racismo camuflado.

Após 128 anos da abolição da escravidão, as desigualdades socioeconômicas que persistem dentro do sistema político democrático brasileiro, manifesto nos dados de reiteradas pesquisas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dentre outras instituições, escancararam que a população negra esbarra em diversos obstáculos no tocante a efetivação de seus direitos sociais constitucionais (artigo 6º da C.F.), quando comparados com outros segmentos raciais.

Homenagear Guerreiro Ramos é problematizar a naturalização de uma democracia não abrangente, na qual indicadores do acesso e qualidade da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, previdência social, dentre outros, evidenciam que Raça é um marcador determinante dentro das relações sociais para estabelecer como o indivíduo vivencia cidadania.

Essa marginalização racial mascarada tem sido organicamente denunciada por intermédio de diversos espaços de debate, tem-se, por exemplo, iniciativas como o Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado, em 1944, no Rio de Janeiro, com a proposta de reabilitar e valorizar socialmente a herança cultural, a identidade e a dignidade do afro-brasileiro por meio da cultura e da arte.

O Teatro Experimental do Negro proporcionou a Guerreiro Ramos, sociólogo ativista, entre 1948-1950, realizar nos seus seminários um trabalho pioneiro de psicodrama, visando mediante grupo-terapia desenvolver uma terapia para a consciência dilacerada do negro (a) vitimado (a) pelo racismo (NASCIMENTO, 2004).

As mobilizações dos movimentos antirracistas negros foram marcantes também para o processo de redemocratização no Brasil. Cresceu na década de 1970 impulsionando avanços nos processos da Constituinte que desembocou na Constituição Cidadã de 1988, quanto na luta ideológica do período pós Ditadura militar - Nova República (1985).

Na Constituinte de 1987-1988, Benedita da Silva, uma das mulheres negras mais importantes do Brasil, soube articular as demandas dos movimentos negros e incluir, em conjunto com

---

8 Título inspirado na música “O Herói”, escrita e interpretada por Caetano Veloso.

outros parlamentares, diversos artigos na Constituição Federal (SANTOS, 2013). Pois, uma vez que o regime ditatorial negava a existência de qualquer problemática de cunho racial, era imprescindível pautar a “consciência negra”.

Em 1995, os movimentos negros, organizados nas mais variadas frentes (Central Única de Trabalhadores, Agentes de Pastoral Negro, Fórum de Mulheres Negras) realizam um grande ato político histórico para cobrar ações efetivas do Estado Brasileiro mediante as políticas públicas – A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania. Reivindicavam ações estatais efetivas para inserção da população negra, abandonada à própria sorte desde a assinatura da Lei Áurea – 13 de maio de 1888.

Começava, assim, os primeiros passos para a criação e implementação de uma política de promoção da igualdade racial, no Brasil, mediante a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da População Negra. Início da institucionalização, de forma mais ampliada, do debate político sobre Ações Afirmativas.

Esse breve recorte sobre a organização e mobilização social da população negra<sup>10</sup> revela o quanto é recente na administração pública e nas escolhas governamentais a adoção de instrumentos normativos de inserção dos negros onde eles foram (são) historicamente minoria.

A federalização das demandas por políticas públicas ditas transversais<sup>11</sup> no Brasil, com vistas à mitigação das desigualdades raciais, começam a se fazer presente há meros 21 (vinte e um) anos - a partir de 1995 -, quando se rememora os 300 anos do assassinato de Zumbi<sup>12</sup>. Em que pese o Brasil ser signatário de pactos e convenções internacionais de Eliminação de Discriminação Racial desde de 1968.

Diante disso, ao se trazer dados do censo realizado pelo IBGE, em 2010, nos quais os negros (pretos e pardos) representam 50,74% da população, sendo que o maior percentual desse contingente está na Região Norte do País (66,9%), onde o estado do Tocantins está localizado e comporta uma população de 1.000.719 (um milhão e setecentos e dezenove) indivíduos que se autodeclararam negros (as) - aproximadamente 72,30% da população tocantinense -, pode-se, categoricamente, afirmar que, os Direitos Sociais Constitucionais, como garantidores da participação de cada ser humano na riqueza coletiva (educação, saúde, alimentação, trabalho, a moradia) e expressão concreta do exercício da democracia, são privilégios, uma vez que mais da metade da população brasileira não os alcança, ou quando alcança o faz de forma precarizada.

Em que pese ser prematura a preocupação de estabelecer políticas afirmativas negras, no campo dos direitos sociais, na tentativa de mitigar os efeitos de 300 anos de um modelo político e econômico aviltante, recentemente paira a ameaça do desmonte dessas conquistas.

10 População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. (Art. 1º, IV, do Estatuto da Igualdade Racial).

11 As políticas transversais – como a promoção da igualdade racial, as políticas para mulheres, para crianças e adolescentes e para a juventude – são relativamente novas. Não substituem nem se sobrepõem às políticas setoriais e universalistas, mas as complementam e as enriquecem. Essa políticas exigem de gestores(as) das diferentes políticas setoriais firmeza, habilidade, disposição para o diálogo e uma comunicação constante com os movimentos sociais e com os órgãos encarregados das políticas transversais no governo federal. (SEPPPIR, 2004).

12 Principal liderança do Quilombo dos Palmares, um território livre em Pernambuco que virou símbolo da resistência ao regime escravista e da consciência negra no país. Em reconhecimento à importância de Zumbi, a data do seu assassinato foi transformada, em 1971, no Dia Nacional da Consciência Negra.

Em nível Federal tem-se a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Dessa forma, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) foram absorvidos pelo Ministério da Justiça e da Cidadania, ameaçando fragilizar o setor público administrativo responsável por pautar políticas de combate à desigualdade racial.

De forma direta, diluir a SEPPPIR é promover o desmonte do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que é uma forma de organização e de articulação voltada à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, prestados pelo poder público federal, mediante a participação dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

No estado do Tocantins, ironicamente no mês nacional da consciência negra, a Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça exonerou todos os gerentes da área de Igualdade Racial, alegando necessidade de cortes nas contas públicas (GAZETA DO CERRADO, 2016). Ora, não há que tratar dos orçamentos públicos esquecendo os objetivos fundamentais da República de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º da C.F.). Esses objetivos Republicanos devem ser confrontados diretamente com a situação da população negra brasileira, uma vez que essa expressiva parcela populacional configura maior vítima de homicídio causado por arma de fogo, a que mais encontra dificuldades no acesso a bens como inclusão digital, acesso ao ensino superior, mercado de trabalho formal, dentre outros. Segundo dados levantados com base no Programa Brasil Sem Miséria, os mais pobres dentre os pobres são negras e negros, homens e mulheres brancas possuem uma renda per capita muito superior à de homens e mulheres negras. (DOSSIÊ MULHERES NEGRAS. 2013). Portanto, em um estado onde a população é majoritariamente negra, 72,30%, e conta com 44 (quarenta e quatro) comunidades remanescente de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>13</sup>, diluir políticas de combate às desigualdades raciais, fragilizar a institucionalização de ações afirmativas, bem como não promover ações afirmativas sociais em nível estadual<sup>14</sup> caracteriza uma escolha governamental – consciente ou não – de manutenção de desigualdades estruturais.

Nesse sentido, o que Alberto Guerreiro Ramos fornece são elementos para analisar a desigualdade social brasileira, que não se restringe ao problema da classe socioeconômica do indivíduo, mas a marginalização econômica negra partiu de critérios raciais - escravidão. Esses elementos podem ser utilizados para depreender o lugar do negro na democracia no Estado do Tocantins.

Portanto, para a consolidação da Democracia é necessário garantir acesso aos direitos sociais para todos (as) os (as) indivíduos brasileiros. Para tanto, as ações afirmativas têm-se apresentado como medidas eficazes na eliminação de desigualdades historicamente acumuladas, favorecendo o alcance de maiores níveis de igualdade de oportunidades para pessoas negras.

13 Tem por finalidade promover e preservar a cultura afro-brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. (Ministério da Cultura, s/d).

14 A Defensoria Pública do Tocantins, em outubro do presente ano (2016), é a primeira instituição pública estadual do Tocantins a adotar políticas de reparação na modalidade de cotas raciais (negros, indígenas e quilombolas) para ingresso em seus quadros (defensor, servidor e estagiários).

Se o racismo é um entrave para o exercício pleno da Democracia no Brasil, uma vez que naturaliza posições subalternas ocupadas por pessoas negras, então estamos diante de um problema que diz respeito à sociedade brasileira como um todo. Pois, um regime político no qual um grupo tem acesso a políticas sociais em detrimento de outro é característica de Oligarquia, que contrasta piamente com os fundamentos democráticos.

Por outro lado, a negação do racismo, enquanto estruturante da sociedade brasileira, impossibilita seu enfrentamento e erradicação, impedindo que mais da metade da população brasileira acesse direitos e garantias constitucionais.

Uma vez que, o lugar do negro na Democracia e em todos os regimes políticos e econômicos da história brasileira, os índices demonstram, foi e continua sendo expressivamente em situações injustas e de exploração, conclui-se que, uma vez que o Tocantins se insere na região do Brasil que comporta maior percentual do contingente negro brasileiro, cabe às instituições, secretarias, investir na discussão do problema e na adoção de Ações Afirmativas nas suas mais diversas modalidades.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969. **Convenção**

**Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.** Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836> > Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**, que dispõe Institui o Estatuto da Igualdade Racial.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)> Acesso em: 04 out. 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *In Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>> . Acesso em: 27 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

**Demográfico 2010: Característica da população – Amostra.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=censodemog2010\\_amostra](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=censodemog2010_amostra)>. Acesso em: 04 out. 2015.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** IPEA. Brasília: 2013. Disponível em:

<[file:///C:/Users/Iza%20Nogueira/Downloads/dossie\\_mulheres\\_negrasipea.pdf](file:///C:/Users/Iza%20Nogueira/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea.pdf) >. Acesso em 27 nov. 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Guia de Implementação do estatuto da Igualdade Racial.** Brasília DF, 2013. Disponível em: < <http://>

[www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-de-implementacao-do-estatuto-pdf](http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-de-implementacao-do-estatuto-pdf)> Acesso em: 27 de nov. de 2016.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *In* Revista

**Estudos Avançados**, v.18, n. 50, São Paulo, jan./Abr., 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019)> Acesso em: 27 nov. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacabo. **Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2016.

## Ecoss da transformação

Mateus Silva Falcão

Frequentemente, quando se fala nos impactos das revoluções industriais que ocorreram na Europa na era moderna, tem-se a ideia nítida de uma mudança abrupta e repentina que se alastra de modo descomunal pelos países então recentemente industrializados. Logo se imagina que, de repente, a sociedade muda e se apresenta de forma coesa, tendo como notáveis características o inchaço demográfico urbano e uma completa mecanização dos ofícios que se tornaram, em sua maioria, de larga escala e fabris. Assim, o trabalho manual deixaria de existir e daria lugar às máquinas e sua dinamicidade. O autor norte-americano Richard Sennett em sua obra *O Declínio do Homem público*, publicada originalmente em 1974, dedica uma das partes do trabalho a análise das mudanças desencadeadas a partir do crescimento da influência do capitalismo industrial. De fato, a população de capitais como Londres ou Paris cresceu estupendamente entre o início e o fim do século XIX, conforme dados estatísticos da época, passando, por exemplo, de cerca de 550 mil habitantes e saltando para mais de dois milhões de meio de habitantes<sup>15</sup>. Apesar da relação entre o drástico aumento e o alastramento da revolução industrial ser evidente e inegável, outros fatores pertinentes devem ser também considerados, como por exemplo, o avanço dos métodos da medicina que conseguiram solucionar um grande problema de saúde pública: as pestes e epidemias responsáveis pela morte de uma grande quantidade de pessoas e que representava uma grande chaga para a Europa desde o medievo. Estes avanços conseguiram alargar consideravelmente a expectativa de vida da população que tem ao longo do século XIX sua taxa de natalidade como um número extremamente superior ao de óbitos.<sup>16</sup>

O século XIX acabou por imprimir nas sociedades de suas capitais dois conceitos que nos remetem a reestruturação social: cosmopolitismo e bairrismo. Tais características são frutos da reordenação urbana que sofrem cidades como Paris em sua nova segmentação social. É neste momento que se fundam os bairros que têm em suas composições grupos sociais específicos e padronizados, além de ser também aqui onde se percebe, por exemplo, as disparidades nos preços de bens e produtos ofertados de um bairro rico, por exemplo, comparado a um bairro pobre. Algo até então não observado no Antigo Regime.<sup>17</sup>

Apesar disso, não se pode esquecer que apesar de essas fábricas não se localizaram nos bairros centrais das capitais, reestruturados como dito de forma segmentada socialmente, essas capitais tiveram seus costumes e sua formatação social e econômica profundamente reformulada com o advento das indústrias. A produção têxtil, por exemplo, que passa a ser em larga escala, possibilita a criação das lojas de departamentos. Essas lojas representaram uma sensível modificação no consumo e nos costumes do comprador parisiense e londrino, por exemplo. As lojas de departamento inauguraram o varejo como modo de venda e estabeleceram, dentre outras mudanças, o preço fixo e o fim do “contrato” de compra obrigatória que se tinha ao apenas visitar uma loja física. Com esse novo sistema de lojas e a fixação de preços, as compras se tornaram inevitavelmente mais rápidas e extinguiu-se a tradicional e morosa pechincha que se fazia entre consumidor e expositor.<sup>18</sup> Vem também deste contexto o aprimoramento das técnicas

18 Ibid, p. 180.

de venda que atribuem valor à mercadoria e estimulam a compra. As vitrines decorativas são um nítido exemplo do que Marx denomina “fetichismo das mercadorias”.<sup>19</sup>

A partir do estudo das capitais reestruturadas na Europa do século XIX, percebe-se também que “a burguesia cosmopolita tomou, no século passado, [século XIX] características de uma classe internacional”.<sup>20</sup> Pensar em integração burguesa no século proposto é pensar em Primavera dos Povos e na internacionalização da burguesia. Este contexto de superação das monarquias absolutistas e de reestruturação política (liberalismo e democracia aqui entram em voga) acompanha as transformações econômicas da Europa e propicia também, inevitavelmente, abertura para mudanças no campo social e conquista de direitos.

O clássico *Manifesto do Partido Comunista*, publicado originalmente em 1848 e escrito por ocasião da reunião da Liga dos comunistas por Marx e Engels é um nítido exemplo para se pensar em obras de contestação do status quo no século XIX.

Destaca-se do *Manifesto* a seguinte passagem:

Onde quer que ela tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Esgarçou sem piedade os variados laços feudais que uniam o ser humano a seu superior natural, sem deixar outro vínculo a ligar seres humanos que não o puro interesse, o insensível “pagamento em dinheiro”. Ela afogou os sagrados calafrios do êxtase devoto, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-burguesa, nas águas gélidas do caçulo egoísta. Dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca e substituiu as inúmeras liberdades conquistadas e garantidas por uma única: a inescrupulosa liberdade do comércio. Em resumo, a burguesia trocou a exploração envolta em ilusões religiosas pela exploração pura e simples, aberta, desavergonhada e direta.<sup>21</sup>

Marx e Engels continuam a descrição da burguesia do século XIX movida pelo capitalismo industrial ratificando, como já aqui analisada, o seu caráter mundial: “Por todo o globo terrestre, a burguesia busca satisfazer a necessidade de um escoamento cada vez mais amplo para seus produtos”.<sup>22</sup> Além da dissolução de aspectos e valores sociais, este grupo em ascensão, para os autores, representavam um mercado também em ascensão, mas em caráter global, cosmopolita: “graças a sua exploração do mercado mundial, ela conformou de modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países”; “As antiquíssimas indústrias nacionais, ela as aniquilou e segue aniquilando dia após dia”.<sup>23</sup>

Neste sentido, a mundialização percebida por Marx com o avanço burguês no século XIX representa não somente uma mudança abrupta nos costumes e no modo de vida da população, mas um chamado à revolução. Revolução esta que deveria modificar sensivelmente a ordem que, na ótica marxista, é tida como de exploração de uns pelos outros.

Para quem estuda o século XXI, a relação entre o capitalismo industrial do século XIX e o processo de globalização decorrente do esfacelamento da URSS em 1991 é evidente. Aliás,

19 MARX, Karl apud SENNETT, 1998, p. 184.

20 SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 175.

21 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das letras, 2012. p. 46, 47.

22 Ibid, p. 47.

23 Ibid, p. 48

numa análise superficial, a impressão que por diversas vezes se tem é que o processo de globalização nas esferas econômica, social ou mesmo política é algo inaugurado recentemente e desenvolvido de forma exponencial nas últimas décadas. Vem daí a importância da minuciosa e detida compreensão da estrutura econômico-social do século XIX e de considerar as permanências e desdobramentos diretos ou não dela na atual conjuntura.

Quando se percebe que as instituições financeiras e conseqüentemente as escolas de economia deste mesmo período viam a dinamicidade dos meios de produção e a integração de localidades como pilares de sustentação do capitalismo industrial se vê que o globalismo dos últimos anos não é nada mais que a intensificação dos conceitos de mundialização que se difundia ainda no século XIX. Vem daí a reestruturação de empresas, dissolução do mundo agrário e, em longo prazo, o declínio do Estado-nação em prol de uma economia mundial e hoje tida como cada vez mais integrada. Obviamente que estamos falando de um longo corte temporal e que, portanto, essas comparações devem ser feitas com cuidado e levando em conta os aspectos mais generalizantes possíveis. A própria noção de mundialização do século XIX, por exemplo, nem de longe se aparentava com a que se tem hoje, se restringindo a parte do continente europeu num período em que o neocolonialismo estava começando a ocorrer.

A reestruturação e a mundialização econômica pensada no século XIX força a criação e o pensamento em mecanismos de mudança e transformação dos meios de produção. Sendo assim, a própria revolução mecânica e tecnológica em suas diversas fases e em sua permanente mudança e ressignificação foi uma resposta àquela mundialização e não o oposto<sup>24</sup> e transforma com o tempo o mundo numa imensa fábrica de proporções astronômicas e com estruturas de poder globais.<sup>25</sup>

Entendidas as profundas alterações percebidas na sociedade e na economia com um processo que cresce desde o século XIX, o capitalismo e suas várias faces, percebe-se de igual modo a relação entre as mudanças no campo econômico e as reestruturações políticas. Neste sentido, o avanço da democracia abre brechas para que raios luminosos de conquistas sociais incidam na grande e quase hermética antessala que é o sistema capitalista e que tenta sufocar o que Marx chama de livre desenvolvimento de um condicionando o livre desenvolvimento de todos. Desde o século XIX, mas, sobretudo nos últimos anos, como foi dito, força-se que todos tenham um caráter integrado; cidades mudam, hábitos e costumes mudam e até mesmo pensamentos se padronizam em prol desse nivelamento que se busca introjetar. É, portanto, através das contradições deste sistema que se busca medidas que atendam a uma demanda de inclusão e de direitos sociais. Sejam eles trabalhistas, sociais ou de minorias.

A verdade é que esta mundialização burguesa e o globalismo deste novo século estão longe de conseguir alcançar a todos os que se propõe a alcançar. A democracia que se pensou desde o século XVIII bem como as suas estruturas de sustentação que orbitam em torno dela e garantiria o bem estar comum, um estado de bem estar social, e se apregoa aprimorar-se com os anos possui diversas arestas a serem aparadas. Partindo do paradoxo do sistema capitalista que devem ser buscados os direitos universais que ele busca, em tese, assegurar.

24 SILVA, Ilzei L. Fiorelli. *O Processo de Mundialização no Desenvolvimento do Capitalismo: Reflexões a partir de K. Marx (1818-1883) e F. Engels (1820-1895)*. Londrina-PR: Laboratório de Ensino de Sociologia; Depto Ciências Sociais da UEL, 2001, mimeo, p. 08.

25 IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 18.

O dinamismo e a constante mudança que conceberam o capitalismo industrial e o avanço dos regimes democráticos, no fim, é o que resta para que de fato as conquistas sociais tenham um caráter amplo e que cresça nas mesmas proporções dos lucros daqueles que mais se beneficiam deste sistema e de sua unilateralidade.

# II

## Prêmio Escritas Sociais - Diversidades culturais.

### Homenagem: Berta Ribeiro, antropóloga do futuro

*André Demarchi*

Berta Ribeiro, nossa homenageada na edição de 2017 do Prêmio Escritas Sociais, foi uma grande pensadora da diversidade cultural brasileira. Estudiosa dos povos indígenas, Berta inaugurou uma grande seara de pensamento relativo à cultura material, aos objetos e artefatos, enfeites e máscaras dos ameríndios, produzindo obras preciosas nas quais a diversidade da produção artefactual desses povos foi levada ao extremo. Neste texto, privilegiarei elementos que demonstrem como seu pensamento e algumas questões que a atormentaram estavam além de seu próprio tempo, sendo retomadas por importantes autores após a sua morte. Berta foi uma antropóloga do futuro. Em vida, trouxe à baila questões que seriam tratadas e levadas a fundo pela antropologia da arte e pela etnologia indígena muito tempo depois.

Nascida na cidade de Beltz, Romênia, em 1924, Berta Gleiser Ribeiro era de uma família judia<sup>26</sup>. Seu pai, Motel Gleiser, veio para o Brasil após a morte de sua esposa Rosa Sadovinic Gleiser, quando Berta tinha apenas oito anos. Além de Berta, Motel trouxe também a filha mais velha Jenny. A vinda para o Brasil, embora tenha sido uma forma da família se recuperar da morte da mãe, começando uma nova vida em um novo país, trouxeram novas mazelas que marcariam para sempre a vida de Berta. Sua irmã Jenny, logo que aprendeu o português, se mudou a trabalho para São Paulo, onde foi presa, em 1935, por supostas atividades políticas. À época o país passava pela ditadura do Estado Novo, cujo aparato repressivo era ainda mais brutal com os judeus ou descendentes de judeus, principalmente, com a política de deportação para os países dominados pelo antissemitismo, como era o caso da Romênia, na década de 1930. Jenny Gleiser foi deportada pelos aparelhos repressivos da ditadura Vargas em 1935, um pouco antes do famoso caso de deportação de Olga Benário Prestes, que virou livro e filme. O pai de Jenny tentou soltá-la por meios jurídicos antes da deportação, sem obter êxito. Depois que ela foi mandada à força para a Europa, Motel deixou Berta aos cuidados de uma família de amigos e do Partido Comunista Brasileiro, ao qual era filiado, e viajou para a Europa, mais especificamente, para a França, em busca de notícias da filha deportada. Porém, ele logo ficou enfermo e acabou falecendo, deixando Berta completamente só aos onze anos de idade.

Indo de uma família para outra, do Rio de Janeiro, para São Paulo, e de volta para o Rio de Janeiro novamente, e sempre aos cuidados do Partido Comunista, Berta enfim se emancipa aos 16 anos, quando consegue um trabalho como datilógrafa. Pouco depois, em um comício do Partido Comunista, conhece Darcy Ribeiro. Acompanhando o marido em trabalhos de campo, Berta não se furta à pesquisa, tanto que publica em conjunto com Darcy, seu primeiro livro, *A arte plumária dos índios Kaapor*, em 1957. Posteriormente, quando Darcy, após ser ministro chefe da Casa-Civil do Governo João Goulart, foi exilado pela ditadura militar brasileira, Berta o acompanhou também como exilada, por diversos países da América Latina. Antes de ser exilada, Berta licenciou-se em História e Geografia na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Depois do exílio, já marcada pelas experiências de trabalho de campo com Darcy Ribeiro, Berta torna-se, em 1980, doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo e, posteriormente, torna-se professora adjunta do Museu Nacional de Antropologia (RJ), onde trabalhará até a sua aposentadoria.

A trajetória de Berta como vítima de regimes totalitários, bem como sua atribulada história de vida, certamente a fizeram uma ferrenha defensora da diversidade cultural e dos direitos humanos. Viver na pele as mazelas proporcionadas pelo fascismo das ditaduras brasileiras, ter sua vida e sua família despedaçadas por esses regimes, fez com que Berta lutasse bravamente, durante toda a sua trajetória acadêmica, em defesa dos direitos indígenas, defendendo igualmente o tema escolhido para esse Prêmio: a diversidade cultural.

Um de seus trabalhos como antropóloga do futuro, ou seja, como precursora da antropologia contemporânea, foi um exercício do que hoje se denomina “antropologia compartilhada”, realizado durante a década de 1970 junto aos Desana, povo habitante do alto Rio Negro e falante de uma língua Tukano. Trabalhando em conjunto com o indígena Umusĩ Pãrökumu (Firmiano Lana) e seu filho Tõrãmũ Kẽhíri (Luis Lana), Berta incentivou a publicação do livro *Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desana* (1980), cujo conteúdo apresenta os mitos e suas ilustrações produzidos pelos dois indígenas. Esta foi uma das primeiras iniciativas de publicação de autores indígenas, narrando e desenhando seus mitos para o público brasileiro mais amplo. O sucesso da publicação foi tamanho que rendeu edições em línguas estrangeiras como o espanhol e o italiano. Berta, portanto, foi pioneira, antecipando um movimento contemporâneo de diálogo franco com os povos indígenas através do estabelecimento de um “pacto etnográfico” (Viveiros de Castro, 2015) que nos faz lembrar da parceria do antropólogo Bruce Albert com o xamã e ativista Davi Kopenawa, originando o livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (2015), sem dúvida, o livro mais importante para a antropologia brasileira nesse início do século XXI.

Um outro campo em que Berta se destacou como produtora de uma antropologia do futuro foi a antropologia da arte, principalmente no que diz respeito ao simbolismo dos grafismos indígenas. Ela dedicou a esse tema um importante capítulo de sua tese de doutorado, intitulada *A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil* (1980). Essa parte de sua tese foi posteriormente publicada no volume dedicado à arte indígena da *Suma Etnológica Brasileira* (1986) que, tal como os outros três volumes fora organizado por ela. A importância deste capítulo concentra-se em sua abordagem inovadora que de certo modo antecipa uma forma nova de tratar a arte indígena e a cultura material como importante locus de expressão das relações de alteridade dos povos ameríndios. Essa abordagem será justamente aquela que dominará as pesquisas nesses campos depois dos anos de 1990 (como atesta o livro organizado por Lux Vidal (1992) e os trabalhos de Regina Müller (1990), Lúcia van Velthen (2003), Els Lagrou (2007),

Aristóteles Barcelos Neto (2008), dentre outros) e, sem dúvida, contribuiu para colocar a cultura material e a arte no mesmo patamar de importância de outros temas historicamente privilegiados pela etnologia ameríndia (e pela antropologia de modo geral), como o parentesco, a organização social e a religião.

Trabalhando a partir dos doze padrões gráficos coletados pelo etnólogo alemão Georg Grünberg, e também através de seu próprio material de pesquisa, Berta Ribeiro se propõe a demonstrar como os grafismos encontram ressonâncias significativas na sócio cosmologia dos indígenas Kaiabi, habitantes do Parque Indígena do Xingu. A abordagem inovadora proposta por ela está em buscar o significado dos padrões nos rituais, na mitologia e na atividade guerreira, realçando as homologias existentes entre certos padrões e seres sobrenaturais, inimigos de guerra, animais e personagens rituais. As especificidades de cada desenho são na verdade variações de um padrão estrutural em formato de H maiúsculo, denominado *taangap*, apreendido do grupo indígena *Apiaká*, e que a autora demonstra estar relacionado a um personagem mitológico, maléfico e multifacetado denominado *Añang*. No ritual *djawasi*, o *Añang* é presentificado “por um boneco de embira (fibra vegetal) de dois metros de altura, com o pênis muito grande” (1988). No decorrer da cerimônia ele vai sendo destruído pelos Kaiabi, à base de bordunadas e flechadas, para que ao fim seja decapitado e tenha seus dentes extraídos para fazerem colares, tal como os Kaiabi faziam com seus inimigos quando guerreavam. O *Añang* pode ser feito também na forma de sapo cururu ou de onça, animais considerados perigosos pelos índios. A hipótese sustentada por Berta é a de que os desenhos da cestaria Kaiabi são estilizações das variações nas formas assumidas pelo *añang*; isto é, são variações formais dos seres (humanos, não humanos, animais) presentificados por ele em determinados contextos. Sua conclusão é a de que os Kaiabi utilizam como emblemas étnicos desenhos e padrões não só capturados de outros, mas que são justamente uma forma de figuração de todos esses “outros” presentes em seus rituais, em sua mitologia e cosmologia.

Um último campo do pensamento antropológico antevisto por Berta Ribeiro e no qual ela se consagrou na antropologia brasileira foi o campo da cultura material. Além de estudiosa desse tema, Berta se destacou como formadora de coleções e curadora exposições indígenas. Suas pesquisas entre diversos grupos – como os Kadiwéu, Kaiowá, Terêna e Ofaié-Xavantes, no Mato Grosso do Sul; e mais tarde, entre os Yawalapiti, Kaiabi, Juruna, Araweté e Asurini, no alto e médio rio Xingu, e os Tukano e Desana, na região do alto rio Negro – foram importantes não apenas para que ela formasse uma prestigiosa coleção particular, mas também para que organizasse coleções indígenas para o Museu Nacional de Antropologia e para o Museu do Índio – (Funai). Além de formadora de coleções Berta Ribeiro se destacou na elaboração de instrumentos metodológicos de classificação de acervos de cultura material. Destacam-se nesse sentido as obras: *Bases para a classificação dos adornos plumários dos Índios do Brasil* e *Arte Plumária dos índios Urubu-Kaapor*, ambas publicadas em 1957. A tarefa de classificar as diferentes técnicas utilizadas pelos artistas indígenas e as formas assumidas pelos objetos em seu processo de produção atingiu seu auge com a publicação da já clássica obra de referência etno-museológica *Dicionário do artesanato indígena brasileiro* (1988), onde se encontram classificados segundo a técnica, a matéria-prima e a forma, mais de 1400 objetos da cultura material indígena, devidamente descritos e analisados por Berta.

Finalizo esse texto remetendo o leitor a principal motivação de Berta Ribeiro para escrever seu *Diário do Xingu* (1980) que, acredito, expressa de modo exemplar uma preocupação presente em toda sua trajetória como antropóloga, etnógrafa, museóloga, professora, e defensora das

causas indígenas e das diversidades culturais. Afirmou Berta em seu diário, como que antevendo um futuro no qual as universidades brasileiras estivessem repletas de estudantes indígenas, que “a motivação para escrever [o diário] decorre da esperança de que alguns de seus personagens índios o lerão agora e, muitos outros, no futuro. Com isso, procuro devolver-lhes as lições que me deram e a outros pesquisadores. Ou seja, informações sobre sua história, sua tecnologia, sua visão de mundo, suas lutas e aspirações, que, confio, os ajudem a nos entenderem melhor e melhor conhecerem a si próprios”. Um viva a Berta Ribeiro, antropóloga do futuro.

## Referências bibliográficas

BARCELOS NETO, Aristóteles. *Apapaatai: rituais de máscaras no Alto Xingu*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LAGROU, Els Maria. *A Fluidez da Forma: Arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MÜLLER, Regina. *Asurini do Xingu: História e Arte*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

RIBEIRO, Berta. **Bases para uma Classificação dos Adornos Plumários dos Índios do Brasil**. Arquivos do Museu Nacional, vol. XLIII: 55-119, 55 fig. 13 prs. Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_. *A Arte Plumária dos Índios Kaapor*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1957. Em colaboração com Darcy Ribeiro.

\_\_\_\_\_. *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *A civilização da Palha: a Arte do Trançado dos Índios do Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 587 p. 116 pr. 198 ils, 1980.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do Artesanato Indígena*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1988. Em cores, 1430 ilustrações a traço de Hamilton Botelho Malhano.

RIBEIRO, Berta (Org.). *Suma Etnológica Brasileira*. 3 volumes. Petrópolis, Vozes, 1986.

VELTHEM, Lúcia Hussak van. *O Belo é a Fera: A estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia : Assírio & Alvim, 2003.

VIDAL, Lux (Org). **Grafismo indígena**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Edusp, 1992.

## Excesso de Luz

*Pedro Filho Mendes de Oliveira*

Compreendida como um conjunto de costumes e tradições ou, como nas palavras de Berta Ribeiro, “a ação humana sobre a natureza”<sup>27</sup>, a cultura se manifesta com grande variedade ao redor do globo — e no Brasil, onde cada uma das cinco regiões geográficas apresenta aspectos singulares, isso não é diferente. Sendo que é justamente nesse universo de pluralidade de crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais, linguagens, religiões e vestuários que a Diversidade Cultural é concebida.

Segundo a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural:

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural.<sup>28</sup>

Não obstante, apesar da existência de instrumentos de definição internacional destinados a preservar e promover a diversidade e o diálogo entre as mais diferentes culturas, ainda há muito a ser feito no que se refere ao preconceito e a promoção de uma empatia cultural — aqui compreendida como a ação de se colocar na cultura de outrem, abrangendo emocionalmente suas crenças e costumes.

No Brasil, por exemplo, entre 2014 e 2015, os casos de aversão aos estrangeiros — que surge por fatores históricos, culturais e até mesmo religiosos — aumentaram 633%, pulando de 45 para 333 registros recebidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Dentro desse universo de preconceito, um questionamento em especial nos leva a refletir: como promover a empatia cultural em um país que, por apresentar grande pluralidade de costumes, deveria ser mais tolerante com refugiados, haitianos e pessoas de origem árabe, as principais vítimas da xenofobia?

Tendo em vista que o preconceito cultural está ligado à realidade brasileira tanto quanto a externa a ela, não raro, a problemática acaba sendo base para o desenvolvimento de narrativas ficcionais de autores como o norte-americano Christian McKay Heidecker.

No conto *Excesso de Luz*<sup>29</sup>, através de uma das personagens secundárias, o autor defende a necessidade de se colocar no lugar do Outro que possui cultura diferente, apontando que a experiência nos torna menos intolerantes e alegando que se todo mundo experimentasse culturas diferentes como experimenta roupas, as pessoas não matariam tanto umas às outras.

Nessa perspectiva, a bem da verdade, não se pode excluir o papel da literatura como mecanismo de combate a intolerância cultural, seja pela dedicação de algumas ficções em analisar e expor situações referentes às diversidades culturais ou pelas empatias que só acontecem nos momentos-limite de algumas leituras capazes de arrebatá-los os leitores.

Segundo um estudo recente, realizado por David Comer Kidd e Emanuele Castano, ambos psicólogos da *New School for Social Research*, em Nova York, a leitura de ficção literária fomenta a empatia social e torna as pessoas mais predispostas a compreenderem as diversas manifestações culturais sem desrespeitá-las. Nas palavras de Kidd, a ficção literária deixa de ser entretenimento e passa a ter características de uma experiência social que reflete na vida real.<sup>30</sup>

Muitas outras pesquisas também já demonstraram o poder da ficção literária no que se refere a promoção da empatia social e cultural, como é o caso da realizada por Keith Oatley<sup>31</sup>, psicólogo e romancista, que chegou à conclusão de que a ficção simula uma espécie de mundo social que nos torna mais aptos a compreender as pessoas e suas intenções, levando-nos a inferir que o Holocausto<sup>32</sup> não aconteceria se o Estado nazista tivesse se colocado no lugar das vítimas, abrangendo emocionalmente suas crenças, costumes e impossibilidades. Na mais básica interpretação, obras de escritores como Charles Dickens e Téa Obrecht, poderiam ajudar a mudar os valores sociais que fazem com que, na visão de Heidecker em *Excesso de Luz*, matem os uns aos outros.

Atualmente, boa parte das ficções literárias tratam de inúmeros temas recorrentes e esbanjam conteúdo, onde os autores narram histórias ao mesmo tempo comoventes e divertidas, usando personagens em jornadas transformadoras como instrumentos que sensibilizam e que, em seus momentos mais profundos, parecem dialogar diretamente com o leitor. A autora brasileira Carina Rissi em sua obra *No Mundo da Luna*<sup>33</sup>, por exemplo, tece cuidadosamente uma história marcada pela cultura cigana, que através do romantismo e do humor rompe todo e qualquer preconceito existente para com as figuras coloridas, de lenços roxos e pulseiras douradas que capturam e refletem os raios de sol.

Algo similar pode ser visto em *A Grande Caçada*<sup>34</sup>, de Dan Smith, que traz em suas entrelinhas a história de um garoto que nasceu numa aldeia isolada na Finlândia, com costumes que parecem cruéis quando visto por olhos externos, mas que sensibilizam o leitor, tornando-o capaz de abranger emocionalmente as crenças e tradições presentes no livro.

Ficções à parte, um grande exemplo de empatia cultural pode ser visto na obra *O Índio na Cultura Brasileira*<sup>35</sup>, de Berta Ribeiro, etnóloga e antropóloga brasileira marcada pelo caráter de detectar e entender as manifestações culturais de outras pessoas, em especial dos indígenas. Se é preciso dar um exemplo de que vivenciar uma cultura diferente nos torna mais tolerantes, esse exemplo é Berta Ribeiro. A judia romena de infância infeliz e grifada pelo antissemitismo<sup>36</sup> realizou trabalhos de campos entre os índios Kadiwéu, Kaiowás, Terenas e Ofaié-Xavantes e procurou sempre demonstrar a contribuição cultural que essas nações fizeram aos “civilizados”. Nas palavras da própria antropóloga, “procurou-se enfatizar que a cultura indígena continua ativa, embora inibida para desenvolver sua criatividade e potencialidade. Não obstante, é um

30 KIDD, David Comer; CASTANO, Emanuele. Reading literary fiction improves theory of mind. *Science*, v. 342, n. 6156, p. 377-380, 2013.

31 OATLEY, Keith. The function of fiction is the abstraction and simulation of social experience. *Perspectives on Psychological Science*, v. 3, n. 3, p. 173-192, 2008.

32 Genocídio que durante a Segunda Guerra Mundial matou milhões de judeus, ciganos e Testemunhas de Jeová.

33 RISSI, Carina. *No Mundo da Luna*. 4. ed. São Paulo: Editora Verus, 2015. 475p

34 SMITH, Dan. *A Grande Caçada*. 1. ed. São Paulo: Editora Seguinte, 2015. 271p.

35 RIBEIRO, Berta G., 1924-1997. *O índio na cultura brasileira* / Berta Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 210 p.

36 Prática preconceituosa ou hostilidade contra judeus.

organismo vivo. Muito se pode aprender com ela, se vencermos o preconceito e o desprezo que sempre se lhe votou”.

Infere-se, portanto, que muito ainda precisa ser feito no que se refere à problemática do preconceito cultural ligado à realidade de muitos países, em especial o Brasil. Diante disso, fica evidente que a literatura deveria ter um papel maior no combate a intolerância cultural na medida em que se dedica a analisar e expor situações referentes às diversidades culturais e, como bem prova a Ciência, fomentar valores sociais.

Sendo assim, incluir com prioridade a leitura de ficções literárias em todos os níveis da educação brasileira é imprescindível para melhorarmos essa situação, cabendo ao Estado incentivar a leitura através de propagandas televisivas, publicações em redes sociais e fóruns sobre a temática. Ademais, é necessário que pais, professores e educadores em geral trabalhem juntos para que encontrar um brasileiro lendo, sentado num banquinho ou a sombra de um árvore, deixe de ser incomum e se torne uma prática natural.

À exemplo metafórico, o que a literatura provoca na intolerância cultural se assemelha ao que as estrelas e a lua fazem com a noite: lançam luz sobre as trevas e permitem que as pessoas possam trilhar determinado caminho mesmo sem a presença total da claridade. De forma parecida, a ficção literária, ao simular uma espécie de mundo social, fomenta a empatia cultural e, ao lançar luz sobre a vida daqueles que têm contato com ela, permite que os leitores possam percorrer jornadas iluminadas num mundo em que trevas de intolerância dominam por todos os lados.

Nesse sentido, cabe um último questionamento pessoal: o que realmente nos impede de usar a ficção, aqui associada a um conjunto de estrelas, para se formar uma constelação que combata a intolerância e promova a diversidade cultural? Como bem nos questiona a protagonista de Heidecker, não seria apropriado uma vida de escuridão terminar em excesso de luz?

## Hotxuá: a arte de fazer sorrir

Valéria Batista Ribeiro Rodrigues

Alegria é o elemento base do povo Krahô, localizada no nordeste do Estado do Tocantins, entre as cidades de Itacajá e Goiatins. Segundo o censo de 2017, o grupo contava 2843 indivíduos, distribuídos em 27 aldeias<sup>37</sup>. A etnia faz parte do tronco linguístico Macro-Jê<sup>38</sup> e pertence à família Timbira. E *Hotxuá* é o “palhaço cerimonial” da aldeia Krahô, e o guardião do riso.

Assim como o clássico palhaço que conhecemos, o *hotxuá* tem a função de levar humor e alegria para o povoado. O povo Krahô é conhecido por rir muito e,

tem, entre suas tarefas cotidianas, a caça, o plantio e o riso. Eles consideram que a alegria é um elemento base de sua sociedade, e os hotxuás, para cumprir essa tarefa, usam a força do riso, da doçura e do escárnio. Dentre suas funções, instauram o avesso, falam o que os outros calam, ensinam o certo ao agir de forma errada, desmistificam o erro, fortalecem a autoestima e unem o grupo através da alegria, do abraço e da conversa, garantindo a sobrevivência de sua cultura milenar. Em suma, os hotxuás dominam a arte da brincadeira não só no ritual, mas também no dia a dia.<sup>39</sup>

A palavra Hoxwa tem vários significados. E “...(entre os muitos sentidos que uma palavra pode abarcar): Cunituk disse que /hô/ é folha e /xwa/ amargo, “*hoxwa*” é folha ou fruta amarga. O que foi confirmado por Hápor e outras pessoas também. Pascoal Hápor continuou dizendo que /hô/ é folha, mas pode ser também “pano amarrado de esconder dos outros”, enquanto /xwa/ pode ser banho; “*hoxwa*” seria uma “pessoa nua”. Na verdade, /hô/ é também “pêlo” - por exemplo, a formação do nome “*Krahô*” que significa “pêlo de paca” - passando, portanto, a mesma ideia de “folha” e “roupa”, aquilo que está por fora ou envolve, tornando a tradução do Hapor interessante para a análise” (LIMA, 2010, p.71).

Com diversas visitas etnográficas na aldeia e elaboração de trabalhos acadêmicos, o palhaço Krahô também foi tema de cinema através do filme *Hotxuá*, exibido em forma de documentário<sup>40</sup>, feito exclusivamente para mostrar o cotidiano desse povo e o importante papel exercido pelo palhaço no grupo. Os quais são considerados sagrados e tem a função de levar alegria para o povo Krahô. Representando também uma espécie de equilíbrio para os índios. A sua função vai muito além de um personagem humorístico. Segundo o ator Ricardo Puccetti, a função do *hotxuá* está extremamente ligada a uma função social que alguns escolhidos têm o privilégio de possuir.

A função de *hotxuá* não é escolhida aleatoriamente, e nem tão pouco quem é escolhido, pode deixar tal sua função com o tempo. Um *hotxuá* será sempre *hotxuá*. E a sua escolha é feita ainda na infância, quando a criança recém-nascida recebe o nome *hotxuá*, seja através do pai, tio ou de algum amigo da família.

Dentre os vários rituais realizados pelos Krahô, destacam-se, de acordo com Melatti, “*Perti*” significa “tora grande” e “*Yótyopi*” significa “tora de batata”. Também chamada *Jatyopi*, a *Festa das Batatas*, que ocorre anualmente na aldeia, comumente no mês de abril na passagem da estação chuvosa para a seca, quando as batatas-doces estão prontas para serem colhidas. O

ritual é ligado à fertilidade das roças e, conforme o mito de origem, foi aprendido com as plantas cultivadas.

É na festa “*Perti* que as famílias dos “noivos” recém-casados e que ainda não tiveram filhos trocam o paparuto, comida ritual por excelência. O *padlé* (chefe de rito), antes da corrida com a tora de batata, também “verifica” as genitálias dos jovens para saber se estão prontos (ou já tiveram) relações sexuais. Uma das questões pertinentes à eficácia ritual parece ser a fertilidade, relacionada aos ciclos agrícola, sazonal e da pessoa.” (LIMA, 2009, p.189).

Os *hotxuás* tem papel fundamental nessa festa. Afinal, são eles quem cortam as toras para o ritual e doam as batatas para a festa. Para entender melhor o papel dos *hotxuás*, é necessário reportar ao passado do povo Krahô, para compreender melhor como tudo começou. Conta o mito, que os krahôs antigos eram nômades, caçadores coletores, que tinham o hábito de sair para caçar, e deixava suas roças plantadas, e tempos depois, mais precisamente no tempo da colheita, enviavam seus mensageiros para averiguar se os legumes já estavam maduros e prontos para a colheita. Em uma dessas ocasiões, quando o mensageiro chegou à roça, deparou com todos os legumes fazendo a festa. Assim Melatti escreve:

Antigamente todos os bichos falavam; as sementes de legumes também falavam. (...) Passaram-se uns tempos e enviaram um deles para olhar o estado da roça. Ele era mesmo entendido. Chegou, andou pela roça, quebrou duas espigas de milho e comeu. Reparou tudo. (...) Aí as batatas começaram a fazer a festa. Eram como gente. (...) O índio viu tudinho o que fizeram. Então o milho veio falar com o índio para ficar. Aí o milho fez a festa dele também. (...). Fez logo a festa da batata e depois fez a do milho. Os índios guardaram a festa. (Melatti, 1978, pg. 193).

Os krahôs crêem que as plantas foram presente de uma estrela chamada *Caxekwyj*, a qual veio do céu e trouxe consigo sementes. Em seguida aquela estrela virou uma moça e ensinou o povo a plantar aquelas sementes e a comer os seus frutos. E conforme está explícito na citação anterior e na próxima, um certo dia, um índio chegou na roça e se deparou com as plantas dançando e os ensinaram a festejar também. E isso é feito pelos índios krahôs até hoje. Inclusive, em seus rituais realizados na Festa das Batatas, cada dança representa um legume ou planta.

De acordo com o mito, houve um tempo em que não havia fronteira entre homens, animais e plantas, ‘todos se viam e viam os outros como “gente”, “puro índio”, na mesma “forma humana”. Ou seja, no começo de tudo, não havia separação entre o homem e as plantas. Ambos viviam em harmonia e falavam uma língua que ambos entendiam. Diferentes espécies de plantas transformaram-se em “humanos”, “parentes”. Sobre isso, Melatti escreve:

Os índios plantaram a roça e saíram para o mato. Ninguém ficou em casa. Passaram três meses fora da aldeia, comendo buriti, macaúba, bacaba, caçando. Mandaram um txikate. O governador lhe disse: ‘Agora você vai ver se nossos legumes já estão maduros’. Ele foi. Já era tarde, negócio de três horas da tarde. Já estava perto da aldeia. Batata, melancia, abóbora, inhame, estavam gritando. Viraram gente. ‘Quem está fazendo zoada aí na aldeia?’, pensou ele. As batatas estavam como puro índio, enfeitadas com pau de leite e urucu. As batatas roxas eram homens roxos. As cunhãs eram mulheres bonitas. Então ele ficou na casa, vendo. (...) ‘Que gente é essa?’, disse o portador (txikate). As batatas: ‘Quem

é esse homem?’ Outra disse: ‘É vovô (kederê) que está aí...<sup>10</sup> (Melatti, 1978, p.193).

Os krahôs são conhecidos também como os “senhores do cerrado”, e lutam para preservar e manter seus recursos naturais intactos. Eles possuem três crenças primordiais na cultura: a harmonia da natureza, a força das plantas e a celebração da vida. Os Krahôs possuem dois caciques, sendo um pertencente ao partido sol (wakmiyé) e o outro ao partido úmido (katamiyé). Essas duas forças se completam, e todos os dias são realizadas duas corridas de tora na aldeia, pelos dois partidos. Nessa corrida de tora, o objetivo não é um dos partidos ganhar, mas que ambos saiam vencedores, como uma forma de manter o equilíbrio na aldeia, conforme cenas do filme *Hotxuá*.

No mito Krahô, o palhaço *hotxuá*, é originário da abóbora, motivo que se explica a sua pintura corporal. Na Festa das Batatas, a apresentação dos *hotxuás* é um dos pontos altos e ocorre ao redor da fogueira. A pintura corporal dos *hotxuás* diferem bastante dos padrões tradicionais em jenipapo e urucu. Eles se pintam com uma tinta branca, fazendo borrões e manchas pelo corpo, finalizando seu traje cerimonial com folhas na cabeça. Além da pintura corporal e palhas na cabeça, os *hotxuás* também podem usar acessórios, como “caretas”, máscaras feitas de cabaça e pelos de animais usado para imitar barba. É o que explica Martins Zezinho Krahô, o qual acrescenta:

Já ouvi uma série de associações dessa pintura: branco seria a cor do *mekaro* (espírito, alma e duplo, ou ainda qualquer alusão à imagem – fotografia, cinema, etc.); as manchas da abóbora (que era o *hoxwa* no mito); as pintas da onça. De acordo com Getúlio Krahô, cada mancha é um pedaço do corpo da batata, do milho e da mandioca que entram e transformam o corpo do *hoxwa*. Ele me fez o seguinte questionamento: “Quando rala o milho, a massa não fica branca? Quando tira a casca da batata, não é branca? A mandioca, por dentro não é branco? Então... É o corpo deles que entra no corpo, que transforma o corpo. É como a pintura do *hoxwa*, aquelas manchinhas brancas, cada uma delas é uma coisa.” (transcrição trecho de entrevista: comunicação pessoal). Interessante notar que o milho e a batata-doce são os dois alimentos usados nos resguardo feito pelos parentes, em caso de nascimento e doença. (LIMA, 2009, p.189).

Além das apresentações nas cerimônias ritualísticas, os *hotxuás* têm o papel de levar alegria ao dia a dia dos aldeões. Como mostra no filme *Hotxuá*, o palhaço krahô está praticamente em todos os lugares e eventos da aldeia, cumprindo o seu papel no humor, bem como, cumpre o papel de ajudar nos afazeres diários da tribo, o qual é bastante respeitado no local.

A diretora do filme *Hotxuá*, a atriz Leticia Sabatella, afirmou ao jornal eletrônico Notícias Cinema<sup>41</sup>, que a idéia de levar os índios do Tocantins para as telas de cinema, foi um desejo do próprio grupo. A atriz conta que conheceu os krahôs em 1996, “quando foi à aldeia com outros autores, a convite do antropólogo indigenista Fernando Schiavini, por causa de um documentário que fizeram para uma montagem teatral”.

Os krahôs através de sua cultura milenar usam o humor e o riso para fortalecer a autoestima. Neste sentido Sabatella, declara ao jornal Notícias Cinema:

41 <https://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2012/02/14/noticias-cinema,98786/documentario-revela-a-funcao-sagrada-do-palhaco-na-tribo-indigena-kraho.shtml>.

Os krahôs realmente são conhecidos por isso entre outras tribos, e estar entre eles traz sensação de bem-estar incrível, de se ficar bem à vontade, pela simplicidade e pela deliciosa forma como vivem entre a natureza e seus ritos. E o hotxuá tem essa especial liberdade e é amado como é. Ele é detentor desse dom e da prática de prestar atenção em todos e procurar animar a aldeia, não deixar ninguém triste.

No documentário, um dos momentos mais importante é o encontro do palhaço tradicional vivido por Ricardo Puccetti<sup>42</sup>, com o palhaço krahô, vivido pelo hotxuá Ismael. No filme mostra bem os contrastes entre ambos. Enquanto um estava caracterizado tradicionalmente, com seus trajes típicos, nariz vermelho e uma maleta na mão, “o hotxuá surge com seu corpo maquiado com outras tinturas extraídas do urucum (vermelho), jenipapo (preto) e pó de giz (branco), e ornado com folhas, galhos e miçangas”. Ricardo Puccetti, diz que chegou à aldeia, uma semana antes das gravações, para se familiarizar com o local, e foi conquistando seu espaço aos poucos, e com uma semana, já estava sendo chamado de hotxuá. “O ator diz ter ficado impressionado com a alegria dos krahôs e que não é em vão que eles são conhecidos como o povo do riso” e declarou: “Os Krahôs brincam e riem o tempo todo. Tudo é motivo para dar gargalhada. E isso é muito espontâneo. Definitivamente, eles atraem o riso para a vida e o transformam em uma ferramenta de encontro e comunhão”.

Não há dúvidas que tanto o documentário, como os trabalhos etnográficos realizados na aldeia krahô, foram bastante relevantes, pois é justamente por meio desses trabalhos, que o índio tem a oportunidade de mostrar sua cultura, sua arte, seu povo, suas crenças, sua alegria em manter suas origens, bem como mostrar suas necessidades, sobretudo no que diz respeito às suas lutas, pois a mídia tendenciosa e capitalista, acaba vitimando autores e incriminando os índios, que são vítimas da ação do “branco” há séculos.

A divulgação de trabalhos realizados na aldeia, se faz necessária, porque, que ao longo dos séculos o índio vem sofrendo com os equívocos, conforme BESSA cita em seu texto *As Cinco Ideias Equivocadas Sobre o Índio*, cometidos pelo homem “branco”, que os tratam como sendo parte do passado, como culturas atrasadas, que tratam suas artes como artesanatos; que acham que a cultura indígena permanece congelada, o que é um equívoco, pois a cultura indígena é tão atual e rica quanto no passado, pois há no povo indígena, o desejo de preservar sua cultura, de aumentar em número, já que a população indígena foi quase dizimada, comparando com o passado onde sua população era maior que a população branca.

O índio vem sobrevivendo ao longo do tempo, a todas as formas de ataques, sejam eles sutis, como a imposição religiosa, ou capitalista, por meio de produtores rurais, que têm se apropriado de suas terras, em nome do capital. E mesmo em meio a todas as perdas sofridas ao longo do tempo, o índio tem mostrado resistência e tem sabido ludibriar com as inversões impostas ao seu modo de vida.

Falar do palhaço Krahô foi um privilégio, pois me encantei e me surpreendi ao deparar com essa figura cômica, ritualística e mística na aldeia, através do documentário Hotxuá, pois em minha ignorância, achava que só existia o palhaço tradicional. E o hotxuá trouxe a quebra de paradigmas aos meus conceitos, talvez muitos deles até equivocados a respeito dos povos ameríndios.

<sup>42</sup> Ricardo Puccetti é ator, pesquisador e coordenador artístico do Lume Teatro, e no filme, o palhaço tradicional é vivido por ele.

A cultura indígena é tão rica e bela quanto a nossa, e assim também os seus ritos e práticas diárias, que estão todas desprendidas de interesses particulares. Na etnia indígena, o que vale é o equilíbrio, é o bem estar de todos. E o Hotxuá cumpre o seu papel com maestria.

## Cultura Mehim: abrindo olhares às diversidades

*Francilene Medeiros Teixeira*

A cultura Mehim faz um convite para abrir o olhar à diversidade cultural e pede que haja um desprendimento dos conceitos e preconceitos existentes, pois eles vão mostrar outras formas de se colocar no mundo. Somando-se a várias outras sociedades que têm hábitos, costumes e crenças diferenciados.

Mehim é a autodenominação do povo indígena Krahô, todavia este nome passou a ser utilizado por vários outros povos indígenas, ou referir-se a tal pessoa quando é indígena. Segundo o antropólogo Melatti<sup>43</sup>, os Mehim fazem parte do grupo Timbira, são da família lingüística Jê, no tronco lingüístico Macro – Jê. Para aguçar a compreensão do leitor imagine você observar o diálogo entre dois paraenses, um deles morador da cidade de Belém extremo (Nordeste Paraense), e o outro da cidade de Redenção (Sudeste Paraense). Na maioria da conversa haveria o entendimento entre ambos, todavia surgiriam algumas palavras próprias do contexto local. Da mesma forma acontece com os povos timbira, conseguem comunicar-se entre si, porém tem diferenças em algumas palavras ou sonoridades.

Segundo Melatti este povo está localizado entre os Rios Manoel Alves Pequeno e o Rio Vermelho, nas cidades de Goiatins e Itacajá ao Norte do Estado do Tocantins, com a extensão territorial de 3.200 km<sup>2</sup>. A terra indígena “Kraôlandia” foi conquistada pelos Mehim em 1944. Trazer os Mehim para este texto propõe abrir os olhares para as diversidades culturais, uma temática difícil de ser aceita, pois existe uma cultura que busca sobrepor-se a outra. A antropologia apresenta o conceito de Cultura que é à base da sua ciência. De acordo com Lévi-Strauss para que a cultura exista é necessário ter a linguagem, instrumentos, instituições sociais e sistemas de valores estéticos, morais ou religiosos. Em outro trecho do seu livro *As estruturas elementares do parentesco*, ele fala: “Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura .” Além do conceito de Cultura, o Direito se fez valer de alguns artificios, uma vez que a Constituição Federal de 1988, estabeleceu de forma inquestionável que o país é composto por diversidades culturais, todas objetos do mesmo tratamento legal. Outro instrumento de Direito é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que é vigente desde o ano de 1989, sendo o primeiro instrumento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. No artigo 2º na letra B, deixa evidente a atenção com a especificidade dos povos, “promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desse povo, respeitando a sua identidade social e cultural, seus costumes, tradições e intenções.”

Agora você fará um passeio para conhecer algumas especificidades dos Mehim, entre elas a cosmovisão, organização familiar, arte/sanato e território.

A cosmovisão dos Mehim é diferente da criação do mundo da sociedade ocidental, todavia há uma semelhança que é a diversidade. Para o cristianismo é narrado através da bíblia que o mundo foi criado em sete dias e o homem foi feito a imagem e semelhança de Deus. Enquanto que para a ciência a criação do mundo foi a partir de uma grande explosão cósmica, e tem o nome da teoria do Big Bang.

Para os Mehim o que rege a criação é o mito do sol e da lua, este por sua vez é conhecido em todos os povos Timbira. O mito conta que sol e lua são ambos homens e passam a sentir falta de uma companheira. A lua conversou com o sol: “compadre, como é que nós vamos fazer, nós andamos assim sem mulher, é ruim, nós andamos sozinhos, assim está muito ruim para nós é preciso que tenhamos mulher” (MELATTI. Mitologia indígena. 2001. p. 01. Aula 04 ). Logo em seguida nesta mesma narrativa o Sol encontrou uma cabaça bonita, fez um buraco nela e a jogou dentro da água, eis que surgiu uma mulher bonita e tocava borá. A lua ficou com inveja e pediu que o Sol conseguisse uma mulher para ele e assim o fez.

Este mito é assim como vários outros passados de geração para geração, pela oralidade, sempre valorizando o que é próprio da sua cultura. Outra especificidade dos Mehim é o corpo. Para eles uma criança indígena começa a ser formada a partir do seu nascimento, e vai adquirir características do grupo social de acordo com os hábitos, costumes e crenças. O corpo da criança se fortalece a cada dia com os rituais e com o uso da pintura corporal, então, percebe-se que o corpo da criança antes era particular e tornou-se um corpo da coletividade social.

Nesta construção do corpo, os Mehim tem uma estética diferenciada, no corte de cabelo, retiram cílios e sobrancelhas. Melatti fez outra contribuição importantíssima sobre o sistema de parentesco, em “Nominadores e Genitores” fala sobre a concepção da gravidez que este povo tem. Sendo assim entende-se: nominadores são as pessoas que vão poder dar o nome para aquele indivíduo, segundo foi citado por um indígena Mehim “aquele que fica no meu lugar” . Enquanto que os genitores: são os pais da futura criança. Para os Mehim “todo ser humano que tiver relações sexuais com uma mulher grávida, contribui para a formação do organismo do filho que ela traz no ventre.” Quanto mais relações sexuais a mulher tiver, mais bonito o filho vai nascer, fugindo daquilo que se explica na medicina ocidental. No caso citado anteriormente sobre a gestação nos Mehim ser uma vivência coletiva, fica algumas responsabilidades, que é o fato de haver uma relação de parentesco, com uma série de resguardos e restrições enquanto a criança tiver menos de sete anos de idade. Por exemplo: se um homem tem um filho menor de sete anos, ele não vai aceitar matar uma cobra, o rompimento de qualquer destes tabus pode levar doenças ou a morte para o filho.

Todavia, é perceptível o quão complexa é a relação do sistema de parentesco, que vai organizar a troca interna de produtos, pauta a organização dos casamentos. E nesta organização social e do sistema de parentesco vale ressaltar que o povo Mehim assim como a maioria dos povos tem o proibicionismo do incesto. Fora isso, existem relações de tratamento e responsabilidades dos tios e tias para com o sobrinhos que se tornam responsáveis como se fossem os pais dos sobrinhos.

Ao refletir minimamente nos dois pontos abordados anteriormente, cosmovisão e o sistema de parentesco, automaticamente é possível pensar que os Mehim conseguem manter a cultura por estarem distantes da sociedade Ocidental, com o território demarcado, e acesso a caça, pesca e coleta de frutas. Este povo tem uma relação diferente com a terra, e afirmam “a terra é mãe, ela nos dá o alimento de cada dia e da terra eles tem que cuidar.” A fala da liderança Gercília Krahô nos ajuda a entender melhor:

As pessoas não enxergam que somos as sementes da nossa Mãe Terra, que somos as flores dos nossos rios, o nosso Pai, que somos os brotos dos tempos que virão. O governo não nos respeita. Estão acabando com toda a vida por causa de dinheiro. Os hospitais estão cheios de gente que come veneno todo

dia. Estão acabando com as nossas terras, com nossa saúde. Mas mesmo assim não vamos nos calar (Gercília Krahô).

Tendo a compreensão que os territórios mantêm a sustentabilidade física e cultural dos povos indígenas, é importante lembrar da arte/sanato, a palavra chega fragmentada por partir do entendimento que colares, cestarias e tantos outros trabalho feitos pelos indígenas é uma arte, todavia a grande maioria da sociedade concebe como artesanato.

A arte indígena foi uma vertente trabalhada pela Antropóloga Berta Gleiser Ribeiro, a homenageada do *II Escritas Sociais*. Berta desenvolveu grande parte dos seus trabalhos sobre a cultura material, entre eles: *Os índios das Águas Pretas de 1995* – sobre os Dêsana com temas relacionados à ecologia e cultura material. Publicou um artigo *Adornos Plumários dos Índios do Brasil em 1957* e escreveu outros artigos sobre a arte dos trançados e da tecelagem.

Berta nasceu na Romênia, em 02 de outubro de 1924, licenciou-se em História e Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1953 foi exilada em alguns países da América Latina, Uruguai, Venezuela, Chile e Peru. Voltou ao Brasil em 1974, em 1980 doutorou-se em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Sua tese de doutorado foi *A Civilização da Palha* sobre a cestaria indígena Xinguana e do Alto Rio Negro. Nestes caminhos trilhados Berta foi professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro e assumiu a cadeira de Arte indígena no Brasil. A antropóloga faleceu em 17 de novembro de 1997.

A relação da diversidade cultural a partir da cultura Mehim alerta para outras formas de ver e estar no mundo, à concepção de deuses, união entre cosmos e natureza. Os Mehim simplesmente vivem, com seus mitos, ritos e crenças, assim como vários outros grupos sociais. E homenagear a Berta Ribeiro é ressaltar a vida dedicada ao trabalho com os índios, e o viés traçado por ela na cultura material da arte indígena.

A conclusão extraída é que fazer a desconstrução do que é arte e artesanato, e incluir o conhecer novas sociedades e suas formas de viver, entra em choque, por exemplo, o sistema de parentesco Mehim e a família tradicional brasileira ou a criação do mundo com sua explicação vigente em cada cultura. Resta entender que abrir-se para a diversidade é um constante aprendizado que pode ser experimentado em todos os cantos do país e do mundo.

# As diversidades culturais e os desafios na sociedade brasileira

*Jefferson Soares de Sousa*

A diversidade cultural brasileira é bastante vasta e diversa, assim como a diversidade cultural mundial, mas no Brasil devido à forma no qual a sua história foi construída, houve uma mistura de diferentes modos de vida, de pensamentos, religiões, costumes etc.

Com a chegada dos portugueses as terras depois chamadas de Brasil, houve uma forte tentativa de repressão a cultura dos povos originários, assim como também à cultura advinda dos povos africanos. Essa repressão, não só tida como forma de silenciar e reprimir, mas como uma maneira de forçar a implantação da cultura européia, que era vista como uma cultura “civilizada” e fundamentava a ideia de superioridade, isso contribuiu para que houvesse a exploração e a dominação daqueles povos.

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 0,4% da população total brasileira são indígenas, ou seja, desde o início da colonização houve uma redução drástica de 99,6% dessa população no país. Em 1500, o número de índios nas terras brasileiras podia chegar a 10 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e hoje só restam 896,9 mil índios, um verdadeiro genocídio dos povos indígenas brasileiros.

Além disso, durante esse período milhares de negros foram escravizados e trazidos para o Brasil, para trabalhar nas fazendas e nas casas da elite portuguesa, um verdadeiro massacre aos povos negros ocorreu nesse período de luta pela liberdade.

Muitos dos costumes no qual realizamos hoje são herdados dos povos indígenas, mesmo que visto como natural ou dado a autoria a outras etnias, os povos indígenas brasileiros tem uma grande contribuição na formação dos hábitos da maioria da população, assim como afirmou a autora Berta Ribeiro no prefácio do seu livro:

procurou-se enfatizar que a cultura indígena continua ativa, embora inibida para desenvolver sua criatividade e potencialidade. Não obstante, é um organismo vivo. Muito se pode aprender com ela, se vencermos o preconceito e o desprezo que sempre se lhe votou. (RIBEIRO, 2014, p. 06).

Apesar de muito sofrida toda essa história de formação do Brasil, hoje temos uma grande diversidade cultural, provenientes dessa mistura de povos e da mistura de diferentes culturas.

Reconhecer a diversidade cultural como elemento inseparável da identidade nacional e regional é um grande desafio encontrado hoje.

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície. (Geertz, 2008, p.15)

Geertz procurava mostrar como culturas diferentes originam ações e interpretações diferentes, mas ele não propõe buscar eliminar a heterogeneidade, como defendia os pensamentos eurocêntricos.

A palavra diversidade, diz respeito à variedade e a coexistência de diferentes ideias e características diversas entre si em um determinado ambiente. Cultura é um termo que pode conter diversos conceitos, que com o passar do tempo tendem a ser alterado, sofrendo revisões, adaptações e críticas.

Embora muitos pensadores não usem mais o termo “cultura”, continuam precisando de uma palavra que represente a diferença entre povos e grupos dentro de uma mesma sociedade, um termo bastante utilizado hoje para fazer essa representação é a palavra “identidade”. Stuart Hall, diz que lidar com “identidade” é complexo, por ser muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea.

Até os dias de hoje, permanece um pensamento no qual conhecemos como etnocentrismo, que é uma forma de pensar as populações, povos e/ou minorias, a partir de normas e valores de nossa própria sociedade ou cultura. Esse tipo de pensamento foi usado de justificativa para diversos conflitos no mundo e ainda hoje contribuiu para a discriminação, o racismo e a xenofobia.

Contrário a esse tipo de pensamento, o relativismo cultural, é uma forma de ver as diversidades sem impor valores e normas alheios, o relativismo evita qualquer análise das diferenças segundo os termos da própria sociedade do qual fazem parte.

Toda essa diversidade cultural coloca numa sociedade construída sob bases da exclusão e da opressão aos diferentes dos padrões “civilizados” europeus, alguns agravantes, no qual está enraizado na sociedade e muitas vezes é tido como algo natural, a exemplo disso temos o racismo, que é uma forma de opressão a aqueles/aquelas que possuem qualquer traço herdado do povo negro, assim como diversas outras formas de discriminação, até mesmo por parte do governo, que dificulta por meios burocráticos o reconhecimento e a demarcação de quilombos e áreas indígenas.

Atualmente, de cada 100 pessoas que morrem no Brasil, 71 são negras, de acordo com o Atlas da Violência de 2017. A população negra corresponde a mais (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chance de serem vítimas de homicídio. Os encarceramentos resultam em mais de 600 mil presos, na maioria negros, pobres e jovens. Temos o exemplo de Rafael Braga vítima desse sistema racista, que usa muitas vezes do poder da polícia para realizar o extermínio em massa dos negros, que como já tratamos anteriormente é uma questão que tem base no etnocentrismo enraizado na nossa sociedade.

Casos como esses são constantemente observados em nossa sociedade, que ainda não aprendeu a lidar com as diversidades culturais, como o que recentemente vem acontecendo, diversas pessoas em nome de Deus, quebram e destroem terreiros de candomblé.

Como já tratamos anteriormente, a forte influência da cultura indígena está presente em nossos hábitos, na alimentação, na agricultura e até na higiene pessoal. É importante fazer o reconhecimento desses costumes, que mesmo sob forte opressão da cultura de matriz européia, boa parte da cultura em especial a indígena e a africana permanecem até hoje.

Apesar de tratar como “cultura indígena” há uma diversidade imensa dos mais variados costumes, características e rituais. Cada etnia possui sua história, suas raízes, mas bebem de um mesmo passado de muita luta e resistência.

A variação de culturas enraizadas ao redor do país exibe uma variedade muito bonita, que não devem ser combatidas, mas aceitas e trabalhadas para um orgulho nacional.

## **Referências bibliográficas**

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : LTC, 2008

RIBEIRO, Berta. **O Índio na Cultura Brasileira**. Vol.3 da Enciclopédia da Cultura Brasileira, coordenação: Antônio Houaiss, Unibrade/UNESCO, Rio de Janeiro, 1991

# III

## **Prêmio Escritas Sociais - Gênero, Poder e Sociedade.**

### **Homenagem: Heleieth Saffioti: socióloga marxista, feminista, professora.**

*Fabiana Scoleso*

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, nascida em Ibirá, interior do estado de São Paulo em 1934 - Mulher Brasileira é assim! É parafraseando o título de um dos livros de Heleieth Saffioti que vou procurar retratar esta professora, socióloga marxista e feminista destacando seus caminhos, sua formação e como se transformou numa das mais importantes intelectuais e referência da sociologia brasileira.

Bacharel e licenciada em Ciências Sociais na então chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1960, foi professora titular de sociologia da Unesp, tornou-se professora livre docente e lá se aposentou no ano de 1982. Fez bacharelado em Direito pela Universidade de Araraquara no ano seguinte e em 1989 se tornou professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Foram mais de 10 livros publicados, um dos quais também nos Estados Unidos, mais de 70 artigos em revistas científicas e 37 capítulos de livros. Saffioti, ao longo de sua práxis, tornou-se referência nos estudos sobre gênero e violência a partir da concepção de classe e seus vínculos com o capitalismo.

Céli Regina Jardim Pinto destaca em seu artigo “O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)” que foi a partir do encontro entre marxismo e feminismo que a socióloga realizou sua obra inaugural, um período que Céli imputa a Saffioti seu ato de maior coragem. Ali a socióloga assumia de fato a práxis marxista com a qual seguiu durante toda sua vida. Um grande desafio na época já que seu trabalho refletia a força e o comprometimento da socióloga com a causa feminista em um ambiente dominado por homens e em meio à ditadura militar.

Portanto, é fundamental perpassar por sua vasta obra e pelos muitos temas e problemáticas que delas emergiram. O interesse em pesquisar a mulher a partir do marxismo se explicava

pela ascensão e complexificação do sistema capitalista também por uma época em que feministas liberais se posicionavam acreditando que a emancipação da mulher pudesse se dar pelas vias econômicas. Em seu livro *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade* publicado em 1969, Heleieth ressaltou que a mulher não está isolada e que a superação da opressão só poderia ser vislumbrada com a destruição do sistema capitalista e implantação do socialismo. Destacou ainda que o capitalismo pode até se apresentar flexível e integrador, mas que não suprime os mecanismos (como sexo e raça) que subalternizam e colocam as mulheres em desvantagem, conservando, portanto, as estruturas de classe. Fruto de pesquisa realizada no âmbito da livre-docência, orientada inicialmente por Florestan Fernandes que foi expulso politicamente do Brasil sob ordem da ditadura militar vigente, Saffioti continuou o trabalho sendo orientada pelo professor Antonio Candido. Em 1976 confirmou suas ponderações em artigo publicado na primeira edição da Revista Contexto editada pela Hucitec intitulado *A mulher sob o modo de produção capitalista*. Dois anos depois publicou pela Editora Vozes o livro *Emprego doméstico e capitalismo* calcando ainda mais seus pés na sociologia marxista. Em 1981 desenvolveu importante estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos sobre a exploração da mulher. Em *O poder do macho*, a socióloga marxista fez profunda análise sobre as estruturas em que se baseiam o patriarcado, o racismo, o capitalismo e destacou a necessidade de:

Atacar o nó górdio da questão, a fim de erradicar as desigualdades sociais. Rigosamente, o único feminismo radical do ponto de vista político é o feminismo socialista, pois ser radical significa tomar as coisas pela raiz. (SAFFIOTI, 1987, p. 115)

Sobre a violência de gênero, Saffioti escreveu inúmeras vezes. Sem dúvida o livro *Mulher Brasileira é Assim* organizado com Monica Muñoz-Vargas e publicado em 1994, e que conta também com artigo de Sueli Carneiro sobre Identidade Feminina, se tornou referência, abriu novas perspectiva e permitiu maior adensamento nos estudos ao longo da década de 1990. Destaco aqui duas passagens relevantes do artigo *Violência de gênero no Brasil Contemporâneo* escrito pela socióloga,

A violência masculina contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero no Brasil. Trata-se de numerosas formas de violência, desde as mais sutis, como a ironia, até o homicídio, passando por espancamentos, reprodução forçada, estupro, etc. Via de regra, a violação sexual só é considerada um ato violento quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceito como normal quando ocorre no seio do casamento. (SAFFIOTI, 1994, p. 151)

A passagem seguinte destaca a necessidade de análise histórica, profunda e sistemática da violência como forma de ultrapassar qualquer tentativa de setores da sociedade de responsabilizar e criminalizar as mulheres, evidenciando pelo que são e estão sujeitas, além de deixar evidente qual o caminho epistemológico para a superação de qualquer análise que leve a esta interpretação:

Como se podem caracterizar atos violentos sem resvalar para a postura vitimista, sem conceber a mulher como passiva e, por via de consequência, incapaz de romper uma relação de violência? Fazendo-se uma leitura feminista dos direitos humanos parece possível pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença. (SAFFIOTI, 1994, p. 153)

Em artigo publicado na Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais intitulado *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*, escreveu em seu resumo:

A subjetividade é construída por meio das relações sociais. Sujeito e objeto experimentam dois momentos: o da fusão e o da autonomia. O sujeito é constituído em gênero, classe e raça/etnia: é, portanto, múltiplo. Nega-se a existência do não sujeito em qualquer hipótese, inclusive para designar a vítima, assim como se nega a dicotomia vítima-algoz. O que há são relações sociais violentas. (SAFFIOTI, 1997, p.1)

O compromisso teórico da socióloga marxista esteve sempre muito presente em suas formulações que questionou paradigmas científicos e a naturalização das relações sociais, especialmente quando o feminino e o masculino aparecem em escalas de valores hierarquizadas. Neste caminho recorreu a grandes referências no campo dos estudos feministas como Carole Pateman, Gayle Rubin e Joan Scott. Defendia também que somente políticas públicas de combate à violência poderia ter eficácia de fato. Na apresentação do livro *Violência de gênero – poder e impotência* assinado junto com a professora Suely Souza de Almeida expressaram a inadmissibilidade da violência de gênero:

No contexto de um desenvolvimento centrado no ser humano e, portanto, da incorporação das mulheres na era dos direitos, não se pode admitir a violência de gênero, da mesma forma como não ser conivente com a violência de raça/etnia e de classe social, os pilares da estrutura social brasileira. (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 3)

Muitos consideram seu livro *Gênero, patriarcado e violência* publicado em 2004 sua obra máxima. Ele traz questões de relevo apontando que a consciência que as mulheres têm de si mesmas origina-se da sua inserção na estrutura social, resultado das suas vivências concretas na relação com homens/maridos. Gênero, patriarcado e violência estão intimamente relacionados e são expressões das relações de dominação e submissão e da forma como se estabelecem socialmente. Fez fortes críticas ao conceito de gênero apontando seus limites e dizendo que “tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Portanto, ao feminismo interessa compreender os diversos fenômenos sociais e o patriarcado como categoria em permanente transformação.

Também enfrentou críticas, como é natural e importante para a construção de todo debate interseccional que costuma trazer à baila histórias, dinâmicas, particularidades, parte fundamental do constructo social e que contribuem sobremaneira para a elaboração de novas epistemologias feministas. Teorias existem para serem abraçadas ou refutadas, mas não deslegitimadas. O saber científico é resultado de práxis e tem caráter transformador e o movimento feito por esta pesquisadora garantiu contribuições, novas consciências e sociabilidades a fim, inclusive, de que os conhecimentos por ela produzidos fossem reelaborados. Mas ela certamente é um ponto de partida que não pode ser ignorado.

Em 2002, Heleieth recebeu o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz do Senado da República, instituído em 2001 para homenagear mulheres que tenham contribuição relevante na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero.

Em 2003 recebeu o Prêmio Florestan Fernandes concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia na abertura do XI Congresso da SBS. Mulher de temperamento forte faleceu em 2010 aos 76 anos. Entre proximidades e distanciamentos, Saffioti foi importante para todas aquelas e aqueles que se empenharam e se empenham nos estudos sobre gênero e feminismos.

Em 2019 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST promoveu um debate sobre os 50 anos da obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” que está na 3ª edição pela Editora Expressão Popular. As raízes históricas do feminismo marxista no Brasil estão presentes em seus estudos iniciais vislumbrando que a emancipação da mulher está intimamente ligada à emancipação das trabalhadoras e trabalhadores, em especial das trabalhadoras e trabalhadores negros.

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins, na Terceira *Edição do Prêmio Escritas Sociais – Gênero, Poder e Sociedade*, decidiu homenageá-la como forma de reconhecimento da sua trajetória, obra e dedicação pela sociologia, o que certamente revalida e impulsiona o conhecimento sobre esta grande pesquisadora e cria possibilidades de novos trabalhos e contribuições.

*“A discriminação contra a mulher e o negro no Brasil é socialmente construída para beneficiar quem controla o poder econômico e político. E o poder é macho e é branco”.*

*Heleieth Saffioti*

## Referências bibliográficas

PINTO, Céli Regina Jardim. **O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti** (presença do marxismo). Rev. Estud. Fem. [online]. 2014, vol.22, n.1, pp.321-333.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

\_\_\_\_\_. **A mulher sob o modo de produção capitalista**. In: Revista Contexto. N. 1, Novembro de 1976.

\_\_\_\_\_. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **O fardo das brasileiras (de mal a pior)**. São Paulo: Escrita/Ensaio, 1979.

\_\_\_\_\_. **Do artesanal ao industrial a exploração da mulher**. Um estudo de operárias têxteis e de confecção no Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, N. 16. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, pp.115-136.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth, FERRANTE, V.L.S.B. **O fardo das trabalhadoras rurais.** 1983. (mimeo)

SAFFIOTI, Heleieth, MUÑOZ-VARGAS, Mônica. **Mulher Brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosas dos Ventos, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth, ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero – poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

## Gênero, poder e sociedade: notas mito-histórico-filosóficas para a trans-formação

Marcos Felipe Gonçalves Maia

Vivemos em uma sociedade com diversos valores. Um, entretanto, tem saltado aos olhos: o lugar atribuído à homens e mulheres. Talvez, antes ainda de observarmos esses lugares, existe um valor que lhe é estruturante: os seres humanos são vistos a partir do prisma da dicotomia homem *versus* mulher, o chamado binarismo de gênero. Essa divisão não é uma simples categorização, mas a criação de espaços de poder que não estão em negociação. E sua quebra de contrato gera uma alta multa de rescisão: pago não somente pelas mulheres. As prisões do gênero também agrilhoam homens, que ficam cativos de suas próprias armas e não conseguem viver uma vida plena.

Exercemos o poder de deixar viver e fazer morrer a todo momento; em especial no campo do gênero em nossa sociedade. De janeiro a julho de 2018, o Ministério dos Direitos Humanos registrou setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e um casos de denúncias de agressões contra as mulheres. Destas, oitenta por cento são violências domésticas, isto é, a unidade afetiva que deveria ser saudável tem sido prejudicial. Esse ódio às mulheres, ao feminino, tem organizado uma forma de exercício do poder por entre fissuras e fraturas das práticas cotidianas. Como se estrutura o simbolismo que sustenta tal prática e como pode ser transformado?

Mais além do binarismo macho e fêmea, o poder em nossa sociedade se estrutura a partir do patriarcado. Mitos antigos ajudaram a construir a mulher como duplamente *femme fatale*: como objeto sexual e como corpo-que-não-importa, e por isto, domínio do biopoder.

Podemos ver nos discursos sobre o passado uma leitura da realidade por meio de narrativas. A Bíblia, como um livro perpassado por povos, culturas e tempos históricos, traz um relato da origem da morte entre os humanos como resultado da busca pela fonte do saber o que é bom e o que é mau. Este relato é interpretado como a origem da punição e dominação da mulher. Quando Deus pergunta por que comeram do fruto, Adão disse que fora Eva, esta, por sua vez, incrimina a serpente que se torna “maldita entre todos os animais”. Eva sofreu o castigo de sentir dores no parto, e ser dominada pelo homem. Adão apenas sofre a obrigação de trabalhar para se alimentar. Aí se estrutura o papel da mulher como cuidadora, produtora de filhos, que deve merecidamente sofrer dores físicas. Enquanto o homem se destina à terra, ao arado, ao trabalho e sustento.

Uma outra narrativa, agora de origem grega, impõe à mulher mais culpa dos males do mundo, de um tempo onde só havia homens. Não havia dor, velhice, nem doença, nem havia mulheres. Não se sabe bem ao certo o porquê, mas *Prometeus* enganou os deuses dando o fogo aos homens. Tanto os homens quanto *Prometeus* foram punidos. A punição dos homens: a primeira mulher, Pandora. Os deuses passaram muito tempo desenhando a mulher com seus atributos: beleza, sedução, dotes femininos, capacidade de mentir e enganar. Ao ser dada como casamento, ela carrega consigo um jarro fechado. Curiosa, “como toda mulher”, abriu a jarra liberando toda sorte de mal que os deuses ali puseram: dor, velhice, doença, inveja, desespero... Com medo, ela fecha o jarro, e deixa lá dentro, no fundo, a esperança.

Ambos relatos narrativos fundamentam o medo, o ódio ao feminino, ou são resultados desse ódio? Em todas sociedades a mulher é vista como origem do mal? E essas visões de mulher “naturalmente” para a maternidade dolorosa, ou do cuidado, de ser objeto dado ao homem como posse no casamento é o tráfico de mulheres, ao qual se referiu Gayle Rubin, estruturou, realmente, toda nossa sociedade? Perguntas que tentaremos esboçar de agora em diante para chegarmos a uma síntese interpretativa, e quiçá interventiva, na compreensão de como o feminino imiscuído nas ditas relações de gênero, são na verdade, estratégias de um poder cotidiano que constrói a sociedade patriarcal na qual vivemos.

Antes de prosseguirmos nosso debate, precisamos falar um pouco de um tema: a questão da identidade. Diziam os gregos antigos, e ainda se diz muito em lógica formal, que o ser não pode não-ser, nem se contradizer. Levando isso para o nosso tema, a mulher não é homem e o homem não é mulher. Esse argumento da identidade natural está presente em nossa sociedade. Em especial no cenário político, na aprovação de políticas públicas educacionais, ou até na omissão do Estado. A mulher é vista como naturalmente mulher e precisa se dedicar com lar, aos filhos e marido.

Ainda há estudos nas Ciências Biológicas que buscam as microscopias das diferenças de gênero entre homens e mulheres nos cérebros, em doenças cardiológicas, na resposta ao estresse, e no prognóstico de outras doenças. Muitas dessas pesquisas afirmam categoricamente que sim, homens e mulheres são diferentes; enquanto outros vão dizer que essa divisão é mais um olhar interpretativo, do que a plena realidade. Se é que se pode chegar a essa “plena verdade”. Não somente um par de genes, a produção do hormônio testosterona, ou progesterona, que faz um homem ou uma mulher. A geneticista norte-americana Anne Fausto Sterling afirma que biologicamente existem cinco sexos, por que então existiriam somente dois gêneros?

Com essa inquietação, dialogamos com a antropóloga norte-americana Margaret Mead, que em sua obra *Sexo e temperamento*, traz a ideia de que os papéis de homens e de mulheres não são tão naturais assim. Ela estudou três sociedades na Papua Nova Guiné. Em uma delas, homens e mulheres agiam como se esperam: parentais e sensíveis; na segunda, homens agiam com bravura; e na terceira, homens agiam segundo “nosso estereótipo para as mulheres”. Como antropóloga cultural, ela tentou perceber como a cultura é capaz de impor papéis identitários para corpos diferentemente do esperado.

Contemporânea de Mead, mas do outro lado do Oceano Atlântico, Simone de Beauvoir também debateu esse tema. Em seu famoso *Segundo Sexo*, analisando fatos e mitos, a filósofa francesa rechaça o argumento biológico como fonte do ser masculino ou feminino. Não nega a biologia, mas os dados biológicos devem, segundo ela, ser analisados e compreendidos à luz de contextos ontológicos, sociais, econômicos e psicológicos. E compreende que o feminino é na verdade uma reunião de elementos da civilização que cria um intermediário entre o macho e o castrado. De suas reflexões temos a famosa citação: uma mulher não nasce mulher, torna-se.

Esse fenômeno da produção do masculino e feminino também foi analisado por Gayle Rubin, antropóloga norte-americana. Ela propõe o sistema sexo/gênero para compreender como o político constrói a dominação heterossexual e compulsória a partir da transformação da sexualidade reprodutiva em controle social e estruturante. Esse sistema sexo/gênero seria uma regra social que define ser o papel masculino heterossexual para os sujeitos que nasçam com pênis; ao passo que o papel feminino também heterossexual é designado às pessoas nascidas com vagina. Essa regra é muito simples, mas ao mesmo tempo violenta. Ela força os indivíduos a se auto-

-observarem a todo instante. Além de serem também observados, julgados e expostos por meio de dispositivos panópticos, educativos, jurídicos, religiosos, como também nos lembrou Michel Foucault. Para Rubin, esse sistema sexo/gênero também atua como economia política nas trocas comerciais, sendo as mulheres moedas de troca, criando um verdadeiro “tráfico de mulheres”. Como não lembrar dos dotes para o casamento?

Talvez você esteja se perguntando: mas, se ninguém é naturalmente homem ou mulher, se é tudo uma questão de cultura, de vivências, então quer dizer que eu posso escolher ser homem ou mulher? A questão não é tão simples assim. Talvez essa nem devesse ser a pergunta. Um caminho mais coerente seria perguntar sobre a possibilidade da liberdade de se escolher. Ela é real? É possível falar de um sujeito cognoscente que escolhe sobre si mesmo, independente do meio?

A questão da identidade é mais complexa. A historiadora brasileira Guacira Lopes Louro chama atenção para o papel das pedagogias culturais na construção do gênero. Existe uma complexidade de instituições culturais, sociais, religiosas, econômicas, políticas que atuam nesse processo. E quanto mais a questão de identidade for problemática, mais complexa será. Não é simplesmente uma questão de escolha, é um processo.

Mais do que focar na identidade, deve-se focar nas questões de exercício desigual do poder. O poder não deve ser visto como algo que é exercido pelos governantes, mas por todos, em diversos níveis. A todo momento exercemos o poder. Por um forte sentimento de posse, de poder e de chefe, homens batem, espancam, matam mulheres, e todo feminino que não seja “natural” como as mulheres trans.

O exercício do poder também é poder ter acesso aos bens produzidos pela comunidade, tais como educação, saúde e segurança de qualidades e efetivos. Entretanto, esses acessos são cada vez mais inacessíveis se se somam marcadores sociais das diferenças: se mulher, menos acesso, se mulher negra, menos ainda, se mulher negra trans pobre: invisibilidade.

O exercício do poder deve ser para o bem de todos. Preconceitos, representações de mundo, desejos, vontades, morais, imposições, não podem interferir na vida plena e boa em sociedade. Ou vivemos em sociedade, ou um estado de guerra, de cada um por si. Se bem que nem isso é natural, porque a vida, não funciona na base da contenda, mas da cooperação. A maior característica da vida é que ela tende a trabalhar para o bem coletivo, por mais que o olhar reducionista só veja maldade numa protocooperação, ou comensalismo, por exemplo. Nesse ponto, o ser humano tem sido cada vez menos “natural”, contrário à vida

A relação gênero, poder e sociedade tem servido como máquina mortífera. Começamos este texto com a ideia de *femme fatale*. Mulher, ou o feminino, como objeto de desejo ou de morte. Para vencermos essa condição de violência contra o feminino, muitas vezes doméstica, precisamos, como nos lembra Heleieth Saffiotti, de uma vontade política, o que significa ser coletiva, com atuação de uma intencionalidade global, em rede. Ministério Público, Judiciário, Executivo, Legislativo, Defensoria Pública e toda a sociedade deve trabalhar em prol de uma vida boa para todas as pessoas independentemente de classe, raça, sexo, gênero, orientação sexual, religiosidade e toda forma de viver a vida com respeito em comunidade. A questão é acima de tudo trabalhar com a possibilidade de viver agonisticamente com as diferenças.

# Gênero como organização hierárquica de poder na sociedade

Thainá Ferreira Souza

O objetivo principal deste trabalho é dar visibilidade às relações de poder originadas a partir da categoria “gênero” na sociedade patriarcal-capitalista, mostrando as origens, problemáticas e objetivos dessa categorização hierárquica de organização social. Em *Gender Critical Green* reportaram que “*O gênero é um conjunto de normas impostas-socialmente e construídas-socialmente, que são a estrutura através da qual todos os machos e fêmeas são encaixotados, mas que, em particular, são os blocos de construção da hierarquia entre homens e mulheres.*”<sup>44</sup>

Até meados do século XIX, pensava-se que a situação de opressão das mulheres se agravava quanto mais se voltava na história. Os gregos, os judeus do antigo testamento e até os homens dito “das cavernas” não demonstravam comportamentos favoráveis e positivos em relação às mulheres de suas épocas. É claro que já se sabia, após os relatos do jesuíta Latifau (1681-1746), no século XVIII, que a sociedade iroquesa mantinha uma “ginococracia”, uma espécie de “império das mulheres”. Mas seus estudos não obtiveram muita relevância por bastante tempo.

As coisas mudaram em 1861, quando o jurista suíço Jakob Bachofen (1815-1887), lançou sua obra *O Direito Materno*, que alcançou difusão favorável. Ele defendeu que, assim como os iroqueses, vários povos bárbaros que deram origem aos gregos, adotaram a organização “matrilinear” (termo adotado já na modernidade). Onde a divisão de bens dos homens se dava por meio de sua filiação, aos irmãos, irmãs, sobrinhas e sobrinhos. Segundo ele, essa forma de organização, favorável às mulheres, perdurou durante os períodos Paleolítico e Neolítico. E foi somente durante a *Idade dos Metais*, na aurora da “civilização”, com a evolução econômica e o desenvolvimento de riquezas, essencialmente os rebanhos e os escravos que eram acumulados por mãos masculinas, que os homens subordinam as mulheres em todas as sociedades que existiram classe e Estado.

Desde o fim do século XIX, à medida que o conhecimento etnográfico se acumulava, esse pensamento, também muito defendido e estudado pelo antropólogo Lewis Morgan (1818-1881) que se consagrou aos estudos dos índios iroqueses, se encontrou em uma espécie de paradoxo. A perspectiva desenvolvida por Morgan foi adotada como base por Friedrich Engels, para a escrita de seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, obra que até hoje tem forte influência para os estudos sobre as origens da opressão das mulheres; e enquanto na academia as ideias de Morgan eram cada vez mais criticadas, entre os militantes marxistas eram cada vez mais defendidas.

No entanto, atualmente o trabalho de pesquisa do antropólogo marxista Christophe Darmaneat, publicado em 2010, com o título *A opressão das mulheres: no passado e presente - para acabar no futuro - uma perspectiva marxista*, nos traz um apanhado de dados que permitem reavaliar a situação histórica das mulheres desde as tribos mais primitivas. Mesmo os caçadores-coletores nômades, como por exemplo os Inuites, no norte do Alasca, que apresentavam uma forma de dominação masculina informal, dando pouca importância se os homens da tribo estuprassem qualquer menina que já estivesse chegado à puberdade; ou os Selk’Nam (ou Ona),

que segundo o mito fundador: antes as mulheres é que dirigiam a sociedade e após um levante dos homens a sua dominação foi derrubada. Mataram todas as mulheres, exceto as grávidas, e fundaram uma religião que manteria para sempre as mulheres subordinadas. É desnecessário dizer que, ao contrário do que pensava Bachofen, essa história não legitima alguma espécie de matriarcado, serve muito mais para legitimar e justificar para os homens dominadores e mulheres dominadas a ordem existente.

Os estudos sobre as relações entre os sexos nas sociedades primitivas na Oceania, contidamente composto pela Austrália, por exemplo, têm particular importância, pois os aborígenes de lá, devido a diversidade climática e topológica, apresentavam técnicas diferentes para a prática da caça. Por motivos como esses as sociedades primitivas na Austrália trazem aspectos cruciais para entender as estruturas sociais de hoje.

As relações entre os sexos de lá foram o objeto de numerosos estudos e, sem dúvida, suscitaram muito mais polêmicas do que em qualquer outro lugar. No século XIX, os primeiros testemunhos – muito numerosos – concluíram invariavelmente que havia uma abominável sujeição das mulheres australianas, na maioria das vezes caracterizadas como escravas, no sentido estrito ou, quando muito, figurado (DARMANGEAT, 2010, p. 16).

A realidade nas grupos autóctones da Amazônia não se mostrou diferente entre os Amahuaca: em geral, os homens exercem sobre as mulheres uma autoridade considerável (...) Uma vez casado, um homem pode bater [na sua mulher] nos ombros, nos braços, nas pernas, nas nádegas ou nas costas com um bordão especial de madeira dura, que tem uma lâmina achatada com bordas afiadas. Uma cacetada com tal bordão poderia ser tão severa que a mulher ficaria quase incapaz de andar durante vários dias. Uma mulher poderia apanhar por ter irritado o seu marido de muitas formas, por exemplo não fazendo a comida quando ele quisesse ou colocando sal demais (um gênero alimentício recentemente adquirido pelo comércio) no seu prato (GODELIER, apud DARMANGEAT, 2010).

Os Mundurucu, faziam piadas com os estupros coletivos às mulheres desobedientes, contaram a um etnólogo: “*Nós domamos as nossas mulheres com bananas*” (DOLE, apud DARMANGEAT, 2010).

É importante salientar que os iroqueses não eram uma pequena exceção, mesmo entre os grupos da Amazônia, Austrália, sul da África haviam grupos que apresentavam traços de equilíbrio nas relações entre os sexos. Mas seria impossível qualificá-las como “matriarcais” ou igualitárias tendo em vista a noção de poder e igualdade que temos agora.

O vocabulário tende a nos enganar quando ouvimos “igualdade entre os sexos”. Os sexos não são iguais e foi justamente pela condição de reprodutora que as mulheres começaram a ser exploradas sexualmente. O desejo masculino em controlar os meios de reprodução deu origem às organizações sociais desiguais entre machos e fêmeas. A categorização de gênero “homem” e “mulher” são as classes em que cada sexo deve permanecer na organização social. A criação dessas espécies de “castas sexuais” determina o comportamento, papel, educação, direitos e deveres que os indivíduos designados com base em sua biologia devem habitar: gênero masculino ou feminino.

De acordo com as definições propostas pelo *Institute Of Medicine*, “sexo” é uma construção biológica ditada pela presença de cromossomos sexuais e, em animais e humanos, a presença de órgãos reprodutivos funcionais. “Gênero” é um constructo cultural e refere-se a

comportamentos que podem ser dirigidos por estímulos específicos (visuais, olfativos, etc.) ou por expectativas psicossociais que resultam do sexo atribuído ou percebido (MILLER, 2012, p. 1).

Os papéis de gênero são impostos através da cultura, a socialização para crianças do sexo feminino e masculino são diferenciadas através de estereótipos. A filósofa francesa e feminista materialista Simone de Beauvoir escreve sobre a construção do “ser mulher” no segundo volume de seu livro, mundialmente reconhecido.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

O gênero na sociedade patriarcal tem a função de hierarquizar categoricamente homens sobre mulheres. As experiências psicossociais mostram aos indivíduos do sexo feminino qual seu papel na sociedade em que está. A socialização feminina se consiste na doutrinação de meninas à crença de que o objetivo de suas vidas é se tornarem mães e esposas. Ensinando-as a serem e desejarem ser servis aos homens, belas e atraentes aos olhos deles, apresentarem comportamentos sociais e sexuais, mesmo que se mostrem antagônicos, formulados a partir da lógica masculina. Uma negação violenta ao desenvolvimento de si.

Em uma sociedade falocêntrica, a violência não se apresenta apenas em dados estatísticos de misoginia, como violência contra a mulher, abusos sexuais, desigualdade salarial, estupro, pedofilia e feminicídio. Estes são, em ampla escala, alguns dos efeitos do machismo em uma sociedade. Os danos psicológicos causados às mulheres por seu processo de socialização são muitas vezes subestimados e na realidade se mostram com sequelas irreparáveis. Andrea Dworkin (Apud JEFFREYS, 2005) diz que as normas de beleza descrevem em termos precisos a relação que um indivíduo tem do próprio corpo. Eles descrevem a mobilidade dela, espontaneidade, postura, andar, os usos que ela pode fazer do próprio corpo. Eles definem as dimensões da liberdade psíquica dela.

A condição do “ser mulher” tem como objetivo se estender da dominação e exploração sexual à dominação econômica, social e psicológica; e o apagamento da crítica feminista em relação às categorias de gênero vem sendo feito e fortemente abraçado pela sociedade, pela esquerda pós-moderna, liberais, indústria e mídia. Substituindo a narrativa crítica que mostra a ligação intrínseca entre a exploração dos direitos reprodutivos e o condicionamento cultural para cada sexo; as políticas de “identidade de gênero” se constituem no apagamento da construção histórica do ser mulher e estabelecem uma espécie, do que podemos chamar na modernidade, de pós-verdade<sup>45</sup>.

O discurso de identidade de gênero é um conceito antifeminista quando o gênero, além de se passar como performance, é visto como escolha individual, quando apresenta à sociedade a alternativa de transitar entre as “caixinhas” de estereótipos como solução do problema das posições hierárquicas de poder que essas castas formam. A reforma do gênero não é o caminho de libertação das mulheres, uma categoria opressiva não pode ser reformada em uma perspectiva

45 Pós-verdade é o fenômeno através do qual a opinião pública reage mais a apelos emocionais do que a fatos objetivos.

feminista. Gênero não é uma performance, é uma reprodução daquilo que foi imposto ao sexo biológico, e dizer que gênero é performático é dizer também que qualquer indivíduo pode agir, pensar, ser e estar na sociedade como desejar e escolher.

Gênero não é uma escolha, a categoria de gênero é um aprisionamento social e cultural para mulheres assim como a divisão sexual do trabalho, que se baseia nos estereótipos de gênero e fornece à maior parte das mulheres serviços como de babá, área da limpeza, revendedora de cosméticos, cozinheira em escolas/creches e exploração sexual, que atualmente a esquerda reformista luta para que seja reconhecida como trabalho legítimo na sociedade; grandes exemplos práticos são a prostituição, mulheres na indústria pornográfica e serviços precarizados que garantem poucos direitos ou nenhum, pouco prestígio na sociedade e são os primeiros a serem terceirizados.

O sexismo é a fundação onde toda tirania é construída. Toda forma social de hierarquia e abuso é moldada a partir da dominação do macho sobre a fêmea (DWORKIN, 1976, cap. 6). O gênero impõe papéis e possibilidades (ou impossibilidades) de desenvolvimento para cada um dos dois grupos historicamente construídos “homem” e “mulher”.

O fenômeno da socialização, baseado nas categorias de gênero devem ser abolidos para que as mulheres possam ser livres. E isso não se refere ao fim do binarismo de gênero, mas sim, ao fim da categoria “gênero”. Assim como na luta de classes, a classe trabalhadora luta para que haja a dissolução das categorias hierárquicas, e portanto, desiguais, de classes sociais, na luta feminista, tendo em vista que sua exploração sexual e reprodutiva é anterior à civilização, ao Estado e a propriedade privada, as mulheres lutam pelo fim da categoria na qual as aprisiona e as tornam inferiores aos homens.

Concluo que, como provado através dos estudos recentes da antropologia, as categorias de gênero são empregadas a partir da distinção biológica de sexo. É essencial para a libertação feminina o fim da educação sexista que ensina que meninos e meninas não são socialmente e culturalmente iguais. Uma educação igualitária fará nascer um mundo novo. É com o fim das categorias de gênero (“feminilidade” e “masculinidade”) que a sociedade humana terá avanços para a igualdade, liberdade e diminuição da violência. A abolição do gênero, fim da pornografia, com criminalização da cafetinagem (abolição da prostituição), adoção ao modelo nórdico, políticas públicas efetivas que protejam meninas do casamento infantil, reintegração de mulheres em situação de prostituição na sociedade e no mercado de trabalho, igualdade salarial e a conquista dos direitos reprodutivos para as próprias mulheres que construirá o caminho para a revolução feminista.

## Referências bibliográficas

GENDER IS NOT AN IDENTITY, IT IS A TOOL OF PATRIARCHY: A FEMINIST VIEW OF GENDER-IDENTITY POLITICS. Acesso em: 6 dez. 2018.

Disponível em: <<https://gendercriticalgreens.wordpress.com/>>.

DARMANGEAT, Christophe. **A opressão das mulheres, no passado e presente** – para acabar no futuro! Uma perspectiva marxista. Acesso em: 6 dez. 2018.

Disponível em: <<http://cdarmangeat.blogspot.com>>.

HUNGERFORD, Elizabeth. **A causa do sexo e do gênero: Quebre o ciclo.** Acesso em: 6 dez. 2018. Disponível em:

<<https://nosotraslasbrujas.wordpress.com/2013/12/31/traducao-a-causa-dosexo-e-do-genero-quebre-o-ciclo/>>.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** Volume 2. Difusão Européia do Livro, 1967.

JEFFREYS, Sheila. **Beleza e Misoginia.** 2005. Acesso em: 6 dez. 2018.

Disponível em: <[https://arquivoradical.wordpress.com/biblioteca\\_radical/](https://arquivoradical.wordpress.com/biblioteca_radical/)>

## O aparelho ideológico familiar enquanto engrenagem em um sistema de dominação de gênero.

*Nathan dos Santos Alves*

Política pode ser definida como: toda relação humana, que por natureza tem a finalidade, seja ela implícita ou camuflada, de dar coesão a sociedade e/ou dominá-la. Portanto, tal ação reside em uma prática humana e somente desta. Antes de ser institucionalizada por meio de sistemas, formas e regimes de governo, a política se dá em cada ação e relação social, e desse modo o poder se exerce nas mesmas. Assim sendo, o poder político, com o define Foucault (1978) perpassa por cada indivíduo em seus corpos, não podendo ser tomado, pois este não consiste em um monopólio, mas sim em um exercício<sup>46</sup>.

A repressão e a ideologia são expressões do exercício do poder político. O primeiro se dá na coação através do uso da força física, ao passo que o segundo consiste na utilização do discurso como forma de dominação (Foucault, 2014)<sup>47</sup>. É necessário compreender que toda organização social se dá por meio da ideologia, e é ela que sustenta a repressão, ao passo que sem a repressão a ideologia não se mantém plenamente, estando assim ambos inter-relacionados e interdependentes.

Louis Althusser(1970) em sua busca de esclarecer o funcionamento da superestrutura e de sua forma de intervenção na infraestrutura escreveu acerca dos “aparelhos ideológicos de Estado”, em sua obra intitulada com o mesmo nome. Ao longo de 128 páginas, o marxista francês discute acerca de como a burguesia, classe dominante, utiliza-se de mecanismos micro-políticos para disseminar sua ideologia (no sentido marxiano da palavra), para que assim sejam reproduzidas as condições das relações de produção e a dominação burguesa prospere.

Apesar de o escrito de Althusser acerca dos AIE<sup>48</sup>trabalhar com uma explicação para as relações econômicas de dominação, o utilizarei como referencial para debater acerca da reprodução das relações de dominação de gênero. Procurarei defender que as relações de gênero consistem em uma relação política, ou seja, uma relação de poder. Que a ideologia é o mecanismo utilizado na estruturação destes gêneros, que ela perpassa pelos corpos e espíritos moldando-os e dominando-os, mas também naturalizando-os por meio do aparelho ideológico de Estado: a família. Tentarei elucidar como ela o faz, porque os indivíduos reproduzem esta estrutura, e assim aceitam os papéis sociais que lhe são impostos.

A conceituação de Gênero é de difícil trabalho, pois abrange inúmeras possibilidades de explicação. Neste cenário faz-se uso de três possíveis explicações para o termo. O primeiro é de cunho linguístico no qual recorre-se a Ferreira (1986) e seu: “*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*”. O segundo é a definição por parte do movimento das mulheres (movimento feminista), sendo que o terceiro e último conceito se dá pela definição no âmbito das Ciências Sociais.

Aurélio Buarque de Holanda nos traz “gênero” como a categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicoló-

gicas, apontando o “gênero” masculino, o feminino e o neutro. Ambos sendo formas definidas de masculinidade ou feminilidade de acordo com o contexto cultural em que se encontram.

Os movimentos feministas tiveram um papel fundamental na construção do conceito de gênero, ao atribuir ao mesmo a ideia de estrutura socialmente construída, que visa a submeter o feminino a uma dominação social em relação ao masculino. Recentemente as feministas americanas começaram a utilizar a palavra “gênero” no sentido literal, como: “conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades”. Tornando-se assim o conceito, em uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos como tentativas de resistência ao determinismo.

A clássica frase de Simone de Beauvoir (1980) “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*”, reside em uma manifestação acerca da relação política das relações gênero, assim como o primeiro conceito do mesmo, no qual o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade. Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, e para aprender a sê-lo existem mecanismos sociais, maneiras pelas quais se perpetua a dominação masculina e a submissão feminina (SAFFIOTI, 1999). A construção dos gêneros masculino e feminino são então mecanismos de dominação simbólica e social que são perpetuadas por meio de uma institucionalização que tende a naturalizá-los.

A família é a primeira instituição na qual os indivíduos entram em contato na vida social, dando-se início ao processo de socialização, bem como o de endoculturação que visam introduzir nos mesmos o conjunto de hábitos, normas e regras de sua sociedade ou grupo. O exercício de um poder disciplinar e de um biopoder são centrais neste aparato (família). É por meio desta que se definem os gêneros masculino e feminino, seus papéis sociais, suas “possibilidades”<sup>49</sup> e limitações. Estabelece-se uma relação de dominação entre ambos, porém de maneira assimétrica.

A família, que é definida por Lévi-Strauss (1949) em seu livro *As estruturas elementares do parentesco*, como sendo uma aparição relativamente recente, produto de uma longa e lenta evolução. Adicionando informações recolhidas nas sociedades mais diversas, nem se limitando a situação que prevalece a nossa, mas sim construindo um modelo reduzido de algumas propriedades invariantes, ou caracteres distintivos da família que o autor identificou como elementar. São os seguintes: a) A família tem sua origem em um casamento, um ritual que visa oficializar a relação socialmente; b) Ela inclui: o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar; c) Os membros da família estão unidos entre si por laços jurídicos, direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa; é também uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito e o medo.

O sujeito em sua infância, adolescência e juventude, momentos fundamentais e frágeis da construção do ser, acaba por se ver em frente ao AIE familiar. Passa pela construção do feminino ou do masculino, que lhe impõe *habitus* a fim de objetivar a internalização de determinadas condutas, comportamentos e gostos (Bourdieu, 2010). O subjetivo é construído pelo aparelho

49 A palavra a qual utilizava antes desta era liberdade, porém com a controvérsia que esta palavra traz ao refletirmos sua etimologia, sentido e conceituação passei a utilizar o termo possibilidade, pois o mesmo traz a ideia de limitação, mas deixa não fecha o sujeito em sua plenitude, se existe possibilidade, pode vir a ser, mas se não o vir a ser não significa que era impossível, mas que apenas não possui elementos suficientes para o fazer.

familiar a fim de manter a consciência alienada dos mesmos indivíduos alienada. Os Sujeitos<sup>50</sup>, em letra maiúscula, são pessoas que passam por esta dominação simbólica, mas pela condição de alienação acabam por se tornarem meros mecanismos de perpetuação da realidade social.

Dentro deste contexto, o conceito foucaultiano de biopoder torna-se essencial para entender a construção social do feminino e masculino e mais adiante a estrutura de poder nas relações homem-mulher. É na biopolítica que consiste esta naturalização das relações de gênero que serão sustentadas pelo discurso imagético de um sistema que mantém as estruturas de poder através do aparelho ideológico da família.

O AIE familiar utiliza-se não apenas do discurso, da ideologia em sua dominação simbólica, mas também da repressão. O medo, o castigo físico, a imposição de condutas, a segregação, a expectativa familiar, bem como diferentes formas de sanções são os instrumentos utilizados por este aparelho ideológico. A disciplina é a forma na qual este exerce sua função de estruturação dos sujeitos, enquanto forma na qual não apenas os corpos são moldados, mas também os espíritos.

O gênero em nossa sociedade tem uma origem patriarcal, e, portanto, cria um domínio do masculino sobre o feminino. O masculino é moldado com certos privilégios: um deles é a “liberdade”. Os homens apresentam a liberdade de ir e vir, dentro dos padrões masculinos. Eles são autônomos, em comparação às mulheres, criam seu espaço, podem subverter cânones, até o ponto em que perpassam a *masculinidade* soberana. A masculinidade é um conjunto de papéis e comportamentos associados ao masculino, e que estes não devem em hipótese alguma ultrapassar, pois quando não o fazem sua sexualidade é colocada à prova, e então, sofre sanções espontâneas. Isto posto, o masculino é moldado como o sexo forte, aqueles que pertencem a este gênero devem ser corajosos, viris, agressivos em alguns casos, com as emoções reprimidas, bem como a ausência de gestos exacerbados.

O feminino por sua vez é construído para a submissão. Moldado como o sexo frágil, a elas *cabem* as tarefas domésticas, e a extrema necessidade da figura máscula para realização de determinados serviços domésticos que demandem de esforço físico. O segundo sexo é, portanto, domesticado para assim servir ao masculino. A feminilidade é soberana neste, sendo que este conjunto de papéis e comportamentos associados ao masculino residem em uma delicadeza, a busca por um corpo ideal e a satisfação do masculino. A extrema conduta higiênica é destinada a este gênero, ao passo que o masculino se faz plenamente com a transgressão desta higiene. O cuidado de si, associados ao poder sexual e a pureza do ser são as bases do feminino hegemônico.

A representação do feminino é de santa e reprodutora enquanto bem vista socialmente, e quando não aceita pela sociedade como prostituta. Ao passo em que a representação do masculino é de força, quando bem visto socialmente, e quando mal visto pela coletividade, lhe é associado a condição de feminilidade, ou seja, a única forma de submissão do homem, é quando equiparado a mulher. Reside neste um problema de veras epistêmico, para com a confusão e interperação da sexualidade, com o gênero e com o sexo.

---

50 Assim como Althusser faz em AIE, aproprio-me de sua lógica para evidenciar a existência do Sujeito em letra maiúscula e do sujeito, em letra minúscula. O primeiro refere-se ao indivíduo que sofreu a dominação simbólica, mas funciona como parte do mecanismo dominador, o mesmo não apresenta consciência de sua situação de hegemonia, e acabam por moldar aos sujeitos, com letra minúscula, neste looping de controle e submissão.

A família não é o único aparelho ideológico neste mecanismo de dominação simbólica que é o gênero. Nem é o determinante ao ponto de os indivíduos não poderem alterar certos *habitus* ou suas possibilidades enquanto sujeitos sociais, mas é nela que reside a primeira instância, na qual o poder político como um todo é exercido, e por este motivo torna-se necessária uma maior compreensão acerca da dinâmica desta instituição, para quem sabe subvertemos alguns aspectos dominadores da realidade social, a fim de nos emancipamos enquanto sujeitos, e não virmos a nos tornar Sujeitos, engrenagens em uma máquina de hegemonia social.

## Referências bibliográficas

SAFFIOTI, Heleieth. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos pagu (12) : pp.157-163, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Graal, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2a ed. 18. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

## A violência como expressão máxima de desigualdade

*Lorenzo dos Santos Konageski*

São muitas as marcas das desigualdades de gênero, que podem ser percebidas pela sociedade e sentidas principalmente pelas mulheres. Na nossa sociedade, culturalmente firmada nas diferenças, que hierarquizam e subalternizam uns em relação aos outros baseados em gênero, classe e etnia, quem esteve sempre em posição mais vulnerável e mais exposta a todos os tipos de violência foram as mulheres. A violência contra a mulher, esteja ela na forma de um abuso físico, emocional, digital, financeiro ou sexual – tem como base uma sociedade cujos preceitos patriarcais e misóginos naturalizam (quando não incentivam) essa violência. As mulheres são, desde a infância, expostas a uma desigualdade e hierarquia entre os gêneros que as subalternizam em relação aos homens. Os padrões de comportamento feminino e masculino transmitidos nas famílias brasileiras reproduzem e perpetuam essas desigualdades e muitas vezes a violência.

As mulheres têm seus direitos humanos violados constantemente pelos diversos tipos de violências sofridas. A violência emocional está sempre atrelada a outro tipo de violência. O enaltecimento da figura masculina pela sociedade é um dos principais fatores da violência de gênero. Saffiotti (1999) elucida que a mulher, na maioria das vezes, perde em uma discussão que culmina na violência física, pois no que tange a força física são mais frágeis.

A maior incidência de violência de gênero é contra as mulheres, segundo o *Instituto Maria da Penha* a cada 7.2 segundos uma mulher sofre violência física. Além disso, dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* mostra que o Brasil registrou cerca de 1 estupro a cada 11 minutos<sup>51</sup>. Esses números são absurdos e mesmo que hoje tenhamos leis para punir os agressores, elas ainda parecem ser insuficientes.

A violência ocorre em razão do machismo e da misoginia que estão impregnados em nossa cultura. Essas ideologias dizem que a mulher é inferior ao homem e que a ela é reservado o lugar de dona de casa, de frágil, de cuidadora, de doméstica e de passiva. Nesse sentido, ocorrem agressões justificadas por absurdos, como ciúmes e sentimento de posse, como se mulher fosse um objeto de procriação e trabalho doméstico. Pesquisa de opinião realizada pelo *Data Popular* e pelo *Instituto Patrícia Galvão* em 2013, revela que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados, de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro, 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira e 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres<sup>52</sup>.

O que isso significa? Significa que a violência independe das classes sociais, porém as mulheres também são marcadas por ela. A violência é estrutural, a pobreza também. Quando uma mulher ocupa um cargo de relevância, como a presidência, ela é questionada em sua capacidade de autoridade e competência, pois existe um espectro social de que é necessário que a mulher seja “bela, recatada e do lar”. Quando esse padrão é refutado, ela é taxada como “louca”. Muito provavelmente, isso não ocorreria se fosse um homem.

As leis brasileiras também são muito falhas no que se refere ao combate à violência contra a mulher. Em 2017, um homem ejaculou em uma mulher no transporte público e não foi preso,

mesmo sendo pego em flagrante, pois o juiz não considerou grave o que ele fez. Esse quadro desencoraja as mulheres a denunciarem, visto que elas sabem que não haverá retorno judicial. É preciso considerar que avançamos muito no combate à violência contra a mulher com a Lei Maria da Penha, criada no governo Lula e a lei do Femicídio<sup>53</sup>, criada no governo Dilma. No entanto, mesmo com esses avanços, o machismo e o conservadorismo estão consolidados e seguem crescendo. Esse tipo de discurso pode ser nitidamente visto em algumas entrevistas ou declarações do agora eleito presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Nas falas do candidato eleito há teor racista, homofóbico, xenofóbico, machista e misógino, ainda assim ele foi eleito para a presidência da república com 55% dos votos. Essa situação é emblemática, pois revela uma onda conservadora existente que anseia por projetos como o “Escola Sem Partido”<sup>54</sup> além da retirada da discussão sobre gênero e violência (de gênero) nas escolas.

A Lei Maria da Penha é considerada pela ONU a terceira melhor lei de combate à violência doméstica, pois envolve não só mulheres heterossexuais, mas também bissexuais, lésbicas, transsexuais e travestis e age também sobre casais gays. Sem dúvidas, foi um avanço imenso ao Brasil, mesmo assim, enfrenta algumas dificuldades de aplicação. Isso ocorre porque são poucas as varas e delegacias especializadas comparadas ao grande número de cidades, os responsáveis não são qualificados e muitas vezes estão inseridos na sociedade machista, além de reproduzirem esses pensamentos, e, por fim, as delegacias especializadas ficam abertas somente em período comercial.

Tendo em vista o que foi apresentado, consideramos que o Brasil ainda precisa de avanços quando falamos de violência de gênero contra a mulher. O que se deve fazer para diminuir essa violência? Devem-se formatar leis que punam os agressores e estupradores, devem dar às mulheres o respaldo total para denunciar essas barbáries, devem ser eleitas mais mulheres para a política e que essas defendam uma pauta feminista. Como disse Simone de Beauvoir “*não se nasce mulher, se torna*”<sup>55</sup>, por isso não precisamos de homens que digam o que as mulheres devem fazer, haja visto que quem decide são elas e elas devem se impor também junto às leis que as protegem. Deve-se dizer não aos discursos de ódio proferidos por muitos representantes populares. Deve-se combater as injustiças. Ninguém aguenta mais esse tipo de ação que só nos faz retroceder. É demais pedir o que é básico? É demais pedir para viver? É demais pedir para que crimes como o que ocorreu contra Marielle Franco não passem impunes?

53 Sancionada no dia 9 de março de 2015, pela ex-presidenta Dilma Rousseff, a lei do feminicídio representou uma vitória para igualdade entre os sexos. Femicídio é a morte de mulheres por serem mulheres e essa lei torna esse um crime hediondo. Disponível em <<https://feminismo.org.br/dilma-sanciona-lei-dofemicidio/18485/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

54 Projeto de lei que inibe aos professores o debate de ideologias em sala de aula. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 03 out. 2018.

55 Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”, p. 267

## Sonhos e prisões: a realidade das mulheres brasileiras

*Jefferson Soares de Sousa*

Viver em constante medo, moldando toda a vida com receio de sofrer algum tipo de violência, seguindo sem questionar as atividades tidas como “natural” pela sociedade, são marcas retratadas pela banda Francisco, elHombre<sup>56</sup>:

Triste, louca ou má /Será qualificada /Ela quem recusar /Seguir receita tal / A receita cultural / Do marido, da família / cuida, cuida da rotina.

Nessa música a banda conta em seus versos o cotidiano de milhares de mulheres que vivem reféns dos preceitos impostos ao longo do tempo por uma sociedade patriarcal. O conceito de patriarcado vem sendo trabalhado e usado para análises de sociedades contemporâneas. Significa um processo de dominação-exploração que adentra todos os âmbitos da sociedade. Está presente nas leis, na linguagem, na educação, nas tradições etc. Legitimando dessa forma o poder do homem sobre a mulher, e é tão aceito amplamente por todo o conjunto da sociedade que parece fazer parte da natureza (AMARAL, 2006). No âmbito do patriarcado, desde crianças, as meninas são ensinadas a serem boas esposas, boas mães e boas donas de casa. Por outro lado, os meninos são ensinados a lidarem com espaços públicos e a suprirem as necessidades da família quando adulto. Essas diferentes formas de socialização produzem duas categorias hierarquizadas socialmente.

Na sociedade, há uma organização de gênero, que acaba por transformar alguns indivíduos em homens e outros em mulheres. Ou seja, as relações que ocorrem entre homens e mulheres, homens e homens e entre mulheres e mulheres, são relações de gênero regido por uma gramática sexual (SAFFIOTI, 1992;2004). Essa gramática sexual orienta como deve ser a prática social dos homens e das mulheres, pois constitui uma série de regras que apontam o que é próprio para um gênero e próprio para o outro, como relata Heleieth Saffioti<sup>57</sup>.

A hierarquia entre homens e mulheres, com prejuízo para as últimas, era, então, trazida ao debate, fazendo face à abordagem funcionalista, que, embora enxergasse as discriminações perpetradas contra as mulheres, situava seus papéis domésticos e públicos no mesmo patamar, atribuindo-lhes igual potencial explicativo (SAFFIOTI, 2009). Dessa forma, é “normal e natural que os homens maltratem as mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência”.

Dados da ONU recém-divulgados mostram que a casa é o lugar mais provável para uma mulher ser morta no mundo e no Brasil. Duas em cada três mulheres vítimas de feminicídio<sup>58</sup> morrem dentro do lar, pelos próprios parceiros ou ex-parceiros. No Brasil, em 2016, foram registradas 4.606 mortes violentas de mulheres - o que representa 1 mulher assassinada a cada 2 horas. Muitos casos começam com relacionamentos abusivos, e terminam com tortura e crueldade, quando o homem subentende que pode fazer o que quiser, e entende o corpo feminino como um objeto de posse pessoal.

Reconhecer que nossa sociedade além de patriarcal é capitalista-racista é desnaturalizar o dado do último *Mapa da Violência* de 2018 que aponta: em 10 anos caiu em 8% o índice de feminicídio contra mulheres brancas e aumentou 15% o de mulheres negras. As mulheres negras são mais violentadas porque estas são a base e qualquer mudança profunda no seu lugar mexe na hierarquia de toda a sociedade.

O mercado de trabalho congrega de forma integrada as três contradições: as relações de classe, pois ali capital e trabalho se confrontam, as relações de gênero, na divisão sexual do trabalho, e também as relações de raça/etnia que também fazem parte dessa contradição. E apresenta um importante fator que é a desigualdade salarial atrelado ao gênero. Segundo Carrasco (1999), as análises dos economistas, não se propuseram a analisar quaisquer razões para a segregação ou diferença salarial por sexo:

Nas análises do trabalho assalariado não existe nenhuma discussão em torno das razões da segregação sexual nem sobre a razão dos salários femininos serem mais baixos. Tudo isto é aceito como um “fato natural” conforme ao papel familiar das mulheres. O emprego feminino só seria circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que sua verdadeira responsabilidade estaria no lar.

É possível observar de forma mais nítida como é a vida das mulheres de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, que trata como natural e legítima as agressões e desigualdades que as mulheres enfrentam. Cada contradição reforça a outra, aprofundando o processo de dominação-exploração dos homens em relação às mulheres, dos burgueses em relação aos trabalhadores e dos brancos em relação aos negros. Portanto, desde crianças, experimentamos toda uma vida de forma completamente diferente, não somente pela gramática sexual, que define o que é próprio para cada gênero, mas todo o enraizamento que essa problemática tomou diante da sociedade.

## Referências bibliográficas

AMARAL, Sueli Gião Pacheco do. **O Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo** - um estudo acerca das bases históricas da sua constituição, limites e contradições. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

CARRASCO, Cristina. **Para uma Economia Feminista** - Introdução. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas.* (Trad: Sempre-viva Organização Feminista). Barcelona: Icaria. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil.

Acesso em 01 de dezembro, 2018.

[http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie\\_estudos\\_ensaios/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf).

## As mulheres sob o olhar do patriarcado

*Isabella Almeida Cardoso*

A emergência da luta contra as opressões parecem ser tendências crescentes entre grupos engajados na construção de um mundo mais justo. O surgimento de movimentos desse tipo não é um acontecimento novo. Mas o que torna característico esse momento atual é a multiplicação, e uma tomada de consciência cada vez maior da massa oprimida da sociedade.

São tempos difíceis para as sonhadoras. A verdade, porém, é que nunca foi fácil para as mulheres, e a nossa história confirma. Os povos da América Latina passaram por processos de colonização que tiveram em comum a escravidão, a exploração e a dominação de seus corpos e das suas terras. É por isso que precisamos lembrar o histórico de lutas e a resistência das mulheres, assim como apontar os caminhos coletivos de acúmulo de força popular, para a transformação da realidade imposta por um momento de grande investida em projetos conservadores na América Latina.

Durante séculos, houve resistência à escravidão e o povo negro, tendo muitas mulheres entre suas lideranças, travou grandes lutas e revoltas. A escravidão deixou um vergonhoso legado de exploração, mercantilização e dominação das mulheres, se expressando e tomando forma nas relações sociais, na educação, no trabalho, na saúde, na sexualização de seus corpos e em todos os espaços da sociedade.

No sistema capitalista, para que a ordem social se mantenha e as relações de poder sejam estabelecidas, a violência se configura como uma ferramenta de manutenção dessa exploração. A exemplo disso temos a violência sexual, onde as mulheres deixam de ocupar o espaço de vítima de acordo com a roupa que estava vestindo, o local em que estava ou até mesmo o horário em que passava por ali. Todas essas são formas que uma sociedade patriarcal utiliza para a dominação das mulheres.

Temos compreensão de que esta é uma luta de toda a sociedade, uma vez que a exploração, dominação e todas as consequências de nossa formação social, de um capitalismo estruturado com o patriarcado e o racismo, não recaem somente sobre as mulheres, mas estruturam as relações e a vida de todo o povo brasileiro.

Antes mesmo de nascer já são impostas características e regras a serem seguidas de acordo com a estrutura biológica da criança, as cores das roupas, os acessórios usados, os brinquedos utilizados ou até na linguagem e na forma de se comportar. Em tempos de leituras individualizantes, se faz ainda mais necessário compreender o sistema patriarcal-racista-capitalista e reafirmar a saída coletiva, alicerçada na organização e no protagonismo daquelas que sofrem a exploração e a opressão.

As mulheres negras são as principais vítimas dos índices de feminicídio, como apontou o *Mapa da violência* de 2015, em que o feminicídio (quando o assassinato decorre pelo fato da vítima ser mulher) de mulheres negras aumentou 54% em 10 anos, enquanto o das mulheres brancas diminuiu. Sem contar com o aumento do encarceramento feminino, em que mulheres negras são 86% das encarceradas. Os dados são alarmantes e nos evidenciam o que já sabemos: o racismo, a exploração e a opressão vividas pelas mulheres negras diariamente no Brasil.

Não é à toa que as mulheres negras estão em maior vulnerabilidade social desde sempre no Brasil. Segundo o *Dossiê Violência Contra as Mulheres*<sup>59</sup>, 59,4% das mulheres brasileiras vítimas de violência são negras e 68,8% das mulheres brasileiras mortas por agressão são negras. Outro dado importante é que a mulher negra ganha 60% menos que o homem branco no Brasil<sup>60</sup>.

Recentemente o governo ilegítimo de Michel Temer cortou 61% das verbas destinadas ao atendimento de mulheres vítimas de violência. Além disso, determinou o fim da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Política para as Mulheres.

As mulheres querem e podem decidir os rumos do país. Querem – e vão – transformar a política e mudar a realidade do povo brasileiro, que carregam uma história de resistência diante de uma dominação que ainda pesa sobre seus ombros. É por isso que cada vez mais as mulheres presentes nas universidades, nos bairros, nas cozinhas, nos pontos de ônibus, nas filas dos hospitais, dentro dos lares brasileiros, enfrentando as contradições, precisam se organizar e construir uma sociedade livre da dominação e do patriarcado.

## **Dados de autoria**

### **André Luis Campanha Demarchi**

Doutor em Antropologia. Professor do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

### **Fabiana Scoleso**

Doutora em História Social. Professora do Bacharelado em Relações Internacionais.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

### **Francilene Medeiros Teixeira**

Acadêmica do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

### **Isabella Almeida Cardoso**

Acadêmica do curso Técnico em Administração.  
Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

### **Izadora Nogueira dos Santos Muniz**

Acadêmica do Bacharelado em Direito.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

### **Jefferson Soares de Sousa**

Acadêmico do Curso Técnico em Administração.  
Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

### **Lorenzo dos Santos Konageski**

Acadêmico do Curso Técnico em Informática para Internet.  
Instituto Federal do Tocantins – IFTO.

### **Marcelo Brice Assis Noronha**

Doutor em Sociologia. Professor do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

### **Marcelo de Souza Cleto**

Doutor em Filosofia. Professor do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

### **Marcos Felipe Gonçalves Maia**

Acadêmico da Licenciatura em Biologia.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**Matheus Silva Falcão**

Acadêmico da Licenciatura em História.  
Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**Nathan dos Santos Alves**

Acadêmico do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

**Pedro Filho Mendes de Oliveira**

Acadêmico do Bacharelado em Relações Internacionais.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

**Thainá Ferreira Souza**

Acadêmica da Licenciatura em Filosofia.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

**Valéria Batista Ribeiro Rodrigues**

Acadêmica do Bacharelado em Ciências Sociais.  
Universidade Federal do Tocantins - UFT.

## **Cartazes de divulgação**

II PREMIO

# ESCRITAS SOCIAIS

Tema: Diversidades Culturais



HOMENAGEADA  
**BERTA RIBEIRO**

Entrega dos textos: 04 de dezembro de 2017

Categorias:

Graduação - 1º Lugar: 500,00

Ensino Médio - 1º Lugar: 250,00

realização:



apoio:



*UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS*

# III ESCRITAS SOCIAIS

*GÊNERO, PODER E SOCIEDADE*



## HELEIETH SAFFIOTTI

*HOMENAGEADA*

Porto Nacional  
2020



**EDUFT**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS